

ÉRICO JOÃO HAMMES

ORIENTAÇÕES E NORMAS PARA TRABALHOS CIENTÍFICOS

Conforme ABNT 2015

Orientações e normas técnicas sistematizadas para trabalhos científicos no Curso de Teologia e no Programa de Pós-Graduação em Teologia da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre
Março de 2017

SUMÁRIO

PREFÁCIO	4
INTRODUÇÃO: APRENDER PESQUISANDO	5
1 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA E SEUS PASSOS	8
1.1 Tipos de trabalhos científicos	8
1.1.1 Trabalhos semestrais	8
1.1.2 Trabalho de conclusão de curso (TCC)	8
1.1.3 Dissertações e teses	9
1.1.4 Comunicação científica e paper	9
1.2 Identificação do tema	10
1.3 A elaboração do projeto de pesquisa	11
1.4 Realização da pesquisa	14
1.5 Publicação	14
1.5.1 Participação em eventos: congressos, painéis, papers, pôsteres	14
1.5.2 Resumos	15
1.5.3 Defesa pública	16
2 NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TEXTOS CIENTÍFICOS	18
2.1 Apresentação exterior	18
2.1.1 Papel, formato e espaçamento	19
2.1.2 Paginação e numeração	19
2.2 Elementos pré-textuais	19
2.2.1 Capa	20
2.2.2 Folha de rosto	20
2.2.3 Sumário	20
2.2.4 Siglas e abreviaturas	20
2.2.5 Resumo (Abstract)	21
2.2.6 Folha de aprovação	22
2.3 Texto do trabalho	22
2.3.1 Introdução	22
2.3.2 Desenvolvimento do texto, seções e numeração	23
2.3.3 Conclusão	24
2.3.4 Citações e referências	25
2.3.4.1 Normas para citações	25
2.3.4.2 Referências e sistemas de chamada	25
2.3.5 Sistema de chamadas	26
2.3.5.1 O sistema de nota de referência em rodapé	26
2.3.5.2 O sistema autor-data	27
2.3.5.3 Bíblia, Tradição, Magistério, Patrística, Clássicos	29
2.3.6 Notas de rodapé e número de chamada	30
2.4 Elementos pós-textuais	31
2.4.1 Referências bibliográficas	31
2.4.2 Elementos opcionais: Glossário, Apêndice, Anexo, Índices	32
3 NORMAS PARA REFERÊNCIAS E LISTAS BIBLIOGRÁFICAS	33
3.1 Normas gerais de apresentação	33
3.2 Especificação e ordem dos elementos	34
3.2.1 Autoria	34

3.2.1.1 Uma ou mais pessoas físicas	<u>34</u>
3.2.1.2 Autoria de entidades coletivas	<u>35</u>
3.2.1.3 Eventos (congressos, conferências, concílios, encontros etc.)	<u>36</u>
3.2.1.4 Obras no todo, sem autoria	<u>37</u>
3.2.2 Título	<u>37</u>
3.2.3 Edição	<u>38</u>
3.2.4 Local.	<u>38</u>
3.2.5 Editora	<u>38</u>
3.2.6 Data	<u>39</u>
3.2.7 Descrição física	<u>39</u>
3.2.8 Séries e coleções	<u>39</u>
3.3 Normas especiais	<u>40</u>
3.3.1 Dissertação/Tese	<u>40</u>
3.3.2 Livros Sagrados	<u>40</u>
3.3.3 Livros litúrgicos, catecismos e direito canônico	<u>41</u>
3.3.4 Referência legislativa (leis, decretos, portarias etc.)	<u>41</u>
3.4 Monografias em parte (capítulos), verbetes de dicionário, volumes etc.	<u>41</u>
3.5 Periódicos	<u>42</u>
3.5.1 Considerados no todo.	<u>42</u>
3.5.2 Periódicos considerados em parte	<u>42</u>
3.5.3 Artigos em periódicos	<u>43</u>
3.5.4 Artigos em jornais ou revistas (magazines)	<u>43</u>
3.6 Sugestões para citações de rádio, TV e informática	<u>44</u>
3.6.1 Programa de televisão e rádio	<u>44</u>
3.6.2 Documentos Eletrônicos	<u>44</u>
APÊNDICES	<u>45</u>
ANEXO 1	<u>57</u>
ANEXO 2	<u>58</u>
REFERÊNCIAS	<u>63</u>

PREFÁCIO

O presente manuscrito quer ser uma orientação para a elaboração e normas de textos acadêmicos e científicos da área de ciências humanas, especialmente de Teologia, para a respectiva Faculdade na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Sintetiza as principais normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com as últimas alterações, que datam de 2015, completando-as com o *Código de catalogação anglo-americano*. As alterações mais importantes dizem respeito à impressão em dois lados, conforme descrito na seção 2.1.1. Além disso, na presente revisão, integra-se a Reforma Ortográfica de 2009. Em 2015, foram corrigidos especialmente alguns erros sobre o resumo e inserida uma orientação quanto à extensão da dissertação e da tese. A versão atual, de 2016, além da notícia de nova data para uma das normas, corrige erros de digitação e exclui alguns apêndices superados.

Aproveito para agradecer a sugestões e observações de colegas e estudantes para as correções e melhoras.

Um dos temas importantes na pesquisa científica atual é integridade. Por essa razão, encontra-se um anexo com as principais declarações dos eventos mundiais a respeito.

Porto Alegre, março de 2017.

ehammes@puers.br

© O texto das normas aqui apresentadas está disponível no endereço <<http://conteudo.puers.br/wp-content/uploads/sites/30/2016/06/normas.pdf>> ou <<http://www.puers.br/uni/poa/teo/normas.pdf>> e pode ser usado e distribuído de forma gratuita, sem restrições desde que seja creditado ao seu Autor e sejam observadas as normas gerais de integridade da pesquisa.

INTRODUÇÃO: APRENDER PESQUISANDO

«Aprender a aprender» tornou-se um chavão em educação e mesmo no trabalho e nas empresas. Aprender e aprender a pensar é a condição mesmo de vida. Na prática esse fato porta a consequência de um estágio permanente de pesquisa, na medida em que se aprende pesquisando e pensando. Do latim *perquirere*, pesquisar significa buscar com cuidado, procurar por toda a parte, informar-se, inquirir, perguntar, indagar profundamente, aprofundar. Daí poder definir-se a pesquisa, com L. Rampazzo, como “um procedimento reflexivo, sistemático, controlado e crítico que permite descobrir *novos* fatos ou dados, soluções ou leis, em qualquer área do conhecimento”¹.

Pensar, por sua vez, vem de pesar, aferir o peso de algo, perceber sua pressão, sua energia interna e a energia necessária para mudar sua posição. Característica fundamental do pensar é a abertura ao que está aí e merece ser pensado (Heidegger). É dar a palavra ao ser, da mesma forma como a poesia lhe dá um nome, no agradecimento que brota da vítima ou da oferta.² Fundamental para a pesquisa é a capacidade de pensar a partir da realidade das coisas e da sua relevância, o que Heidegger formula em termos de “pensar sobre o que mais merece ser pensado”³.

Por trabalho científico entende-se um texto elaborado em vista da comunicação dos resultados atingidos e da comprovação metodológica e argumentativa de uma pesquisa. Expressa um momento público da ciência e deve ser visto cada vez mais como parte dos estudos em qualquer nível. Já é comum escolas de ensino médio organizarem feiras de ciência como parte de um processo de formação para a produção de conhecimento. Na educação superior, a distinção entre Universidades e Centros Universitários, introduzida pela *Lei de Diretrizes e Bases*, deve ser interpretada como exigência sempre maior de capacitação à pesquisa e não como uma facilitação de diplomas em vista do mercado. A tendência parece ser a de se necessitarem cada vez mais pessoas inventivas e criativas, ágeis em responder às rápidas mudanças, mas garantirem uma sólida continuidade aos processos em curso. O

¹ RAMPAZZO, Lino. *Metodologia científica*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 49.

² M. HEIDEGGER (cf. *Was ist Metaphysik*, p. 49-51; cf. tb. *Was heißt denken?*, especialmente as três primeiras seções) faz um jogo de palavras entre *denken* (pensar), *danken* (agradecer) e *dichten* (fazer poesia).

³ Literalmente (cf. *Was heißt denken*, seção III, p. 17) “o pensar pensa, quando corresponde ao que mais deve ser pensado” (Das denken denkt, wenn es dem Bedenklichsten entspricht). Ao contrário do que à primeira vista poderia sugerir a palavra alemã (*das Bedenklichste*), não se reduz ao negativo, preocupante, mas pode também referir-se ao mais elevado (cf. p. 20).

crescente sucesso dos salões de iniciação científica mostra o quanto se produz de conhecimento nas graduações das instituições de ensino superior de qualidade. O simples ensino, desvinculado da pesquisa, muito cedo se mostrará um grave equívoco. Daí a urgência de tornar o espírito científico parte de qualquer processo de ensino-aprendizagem.

Os diferentes trabalhos de graduação – trabalhos semestrais, monografias ou de conclusão de curso –, muitas vezes reduzidos a um simples exercício, cada vez mais serão vistos como parte da capacitação e colaboração para a pesquisa. Pode tratar-se de um estudo original de um assunto ou um exercício colaborativo num projeto mais amplo de pesquisa. Desse ponto de vista, trabalhos semestrais, trabalhos de conclusão (monografia), dissertações de mestrado e teses de doutorado distinguem-se quanto à abrangência, conteúdo e exigências diferentes no tocante à originalidade, mas participam, cada um a seu modo, na produção de conhecimento. De qualquer maneira, constituem-se numa oportunidade para integrar alunas e alunos em projetos e grupos de pesquisa, sob a coordenação de professores e professoras criativas.⁴

As orientações aqui oferecidas pretendem ajudar na elaboração de projetos de pesquisa, apresentar normas mínimas tanto para trabalhos científicos exigidos como requisitos parciais nas avaliações semestrais, quanto monografias de conclusão de curso, dissertações, teses e artigos científicos para periódicos.⁵ Acrescentam-se, ao final, algumas indicações sobre a orientação e defesa pública, nos casos previstos. Não é e não pretende ser um texto de metodologia científica e teológica.⁶ Esta deverá ser buscada em outros autores ou mesmo nas aulas correspondentes.

⁴ Sob este ponto de vista, convém superar a distinção entre professor docente e pesquisador. A atual «sociedade do conhecimento» ou da «informação» exige de todas as pessoas envolvidas em educação também um envolvimento permanente com a ciência em desenvolvimento e com as exigências de adequação. Pensar e refletir tornaram-se aptidões indispensáveis para respostas eficazes ao ambiente.

⁵ Para estudantes e professores da PUCRS, mediante identificação eletrônica, podem encontrar-se orientações específicas na Página da Biblioteca Universitária <<http://www.pucrs.br/biblioteca/>>; a PUC-Rio oferece a possibilidade de baixar normas semelhantes em formato PDF <http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/apresentacao_ted.html>.

⁶ Para esta finalidade ver, p. ex., RAMPAZZO, Lino. *Metodologia científica*. São Paulo: Loyola, 2002. SALVADOR, A. D. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. 11. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Sulina, 1986.

Tem-se como intenção prática evitar a confusão, muitas vezes estabelecida pelos livros de metodologia, entre normas da ABNT, opiniões de professor e procedimentos específicos de faculdades, universidades ou mesmo de periódicos.⁷

⁷ As revistas científicas geralmente possuem critérios próprios, uniformizando especialmente os procedimentos opcionais.

1 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA E SEUS PASSOS

A produção científica é um processo de elaboração e apresentação de conhecimento a partir de perguntas emergentes de uma relação com a realidade, seja ela subjetiva, intelectual, biológica, social ou cósmica. Como processo envolve momentos distintos capazes de conduzirem a alguma resposta ou resultado. A apresentação desses resultados geralmente é conhecida como trabalho científico.

1.1 Tipos de trabalhos científicos

De acordo com a finalidade a que se destinam, os trabalhos científicos apresentam forma e exigências próprias, embora devam corresponder a uma estrutura fundamental semelhante e seguir procedimentos gerais parecidos.

1.1.1 Trabalhos semestrais

A forma cotidiana de trabalhos científicos acadêmicos consiste em elaborações exigidas por uma ou mais disciplinas como requisito parcial de avaliação semestral. Consiste, via de regra, na apropriação de conhecimento, em forma de revisão, visando comprovar a capacidade de expressão do conhecimento adquirido, com espaço para as intuições aplicativas. As tarefas solicitadas podem ser de elaboração de temas, relatórios de pesquisas, apresentação de sínteses ou apreciação de obras de outros autores. Muitas vezes propõe-se um tema a ser desenvolvido a partir de bibliografia indicada; outras, cabe ao estudante fazer esse levantamento. Característica essencial é o espírito ou o olhar metódico e rigoroso com que se abordam os temas. É um exercício de aprendizagem que pode fazer parte das atividades de qualquer nível, seja de graduação ou pós-graduação.

1.1.2 Trabalho de conclusão de curso (TCC)

Geralmente a maturidade da graduação ou de um curso de especialização é demonstrada pela elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a “ser feito sob a coordenação de um orientador”.⁸ Dependendo das normas do respectivo curso, pode consistir

⁸ Cf. ABNT NBR 14724, p. 4, item 3.35.

na apresentação de uma pesquisa de campo, na elaboração de um projeto de pesquisa a ser realizada num nível superior, ou, o que é mais comum em Teologia, numa pesquisa bibliográfica. Há uma tendência de os trabalhos de conclusão também serem submetidos a comissões científicas, e quando envolverem seres humanos ou animais serem submetidos aos correspondentes comitês de ética da Universidade.

As normas gerais do Curso de Teologia podem ser conferidas no Anexo 2. Quanto à extensão, recomenda-se um texto entre 40-50 páginas.

1.1.3 Dissertações e teses

Na pós-graduação os trabalhos mais importantes são a dissertação e a tese, feitas sob a coordenação de orientador doutor, em vista da obtenção do título de mestre e doutor, respectivamente. Têm como finalidade principal identificar o perfil de pesquisador(a) do(a) estudante, devendo ter vinculação com as linhas e projetos de pesquisa do curso em que são realizadas. Por definição é a tarefa distintiva e concentradora do mestrado e do doutorado. Tanto a dissertação como a tese são estudos monográficos, isto é, de tema único, bem delimitado, com análise e interpretação de informações, evidenciando domínio da literatura existente e capacidade de sistematização. No caso de tese, deve basear-se em investigação original e representar uma contribuição real para a especialidade.⁹ Quanto à extensão, para uma dissertação deve supor-se um texto de 90 a 120 páginas; para o doutorado, entre 200 a 300 páginas, contadas a partir da folha de rosto até o final das referências. Anexos e apêndices não contam.

1.1.4 Comunicação científica e *paper*

Em algumas instituições ou disciplinas, e frequentemente em congressos e eventos científicos, pode ser pedido um *paper* como tarefa para avaliação ou apresentação. É uma designação inglesa para artigos científicos nos quais se evidencia uma contribuição própria a um determinado tema. Quando usado para a sala de aula aproxima-se do trabalho semestral. Em ambiente de congressos e publicações científicas exige uma estrutura rigorosa, com resumo em vernáculo e língua estrangeira, revisão do estado da questão, apresentação dos

⁹ Cf. ABNT NBR 14724, p. 2, item 3.10 e p. 4, item 3.33.

resultados próprios, aplicações práticas, perguntas em aberto, síntese, lista de referências e a observância das normas científicas de praxe, bem como as regras estipuladas pela publicação ou evento.¹⁰

Pela sua finalidade, o tamanho do *paper* fica em torno de 8-15 páginas, correspondendo praticamente ao que também se denomina comunicação científica, em torno de 20 minutos.

1.2 Identificação do tema

Depois de terem sido vistos os tipos de trabalho científico mais comuns, é possível identificar melhor os momentos principais de sua elaboração, da escolha do tema à apresentação ou publicação.

O tema ou objeto de estudo pode ser escolhido ou proposto. Tratando-se de trabalhos semestrais de aula, tanto na graduação como na pós-graduação, geralmente um(a) professor(a) indica a tarefa. Já para trabalhos ou monografias de conclusão de curso, dissertações e, especialmente no caso de teses de doutorado, pode haver uma participação maior do(a) autor(a). De qualquer maneira sempre haverá um espaço de decisão e delimitação do objeto, da inteira responsabilidade de quem assinará o trabalho.

Para ser eficiente deve obedecer-se à passagem do *interesse* ao *tópico* e do *tópico* ao *problema*.¹¹ O *interesse* consiste num assunto, área ou tema geral a ser estudado. Trata-se de responder à pergunta: “O que pretendo estudar?” Existem muitos tópicos a serem pesquisados numa área geral. Será preciso escolher um que esteja nas condições concretas de tempo, recursos e finalidade.

Em seguida, é preciso dar a razão da pesquisa, dizendo o que se pretende descobrir. É a segunda pergunta. No momento seguinte explicitam-se as motivações, mostrando a finalidade: “Para que descobrir?”

De maneira simples, então, o projeto de pesquisa pode ser formulado nos seguintes termos: 1) Estou estudando ... 2) Porque quero descobrir *quem, como, por que* ... 3) Para entender *como, o que, por que*...

¹⁰ Cf. TEIXEIRA, Elisabeth. *As três metodologias*, p. 45; INSTITUTE FOR SOFTWARE TECHNOLOGY AND INTERACTIVE SYSTEMS. *Wissenschaftliches Schreiben*. <http://www.ims.tuwien.ac.at/teaching/se_inf/wiss_schreiben.php>.

¹¹ Para o que segue, cf. BOOTH, Wayne C. et al. *A arte da pesquisa*, p. 45-83, especialmente 56s.

Em outros termos, a escolha do tema inicia por uma visão panorâmica do assunto. Para isso servem verbetes de enciclopédias, dicionários e a internet. São sínteses dos principais aspectos relativos a qualquer assunto. Num segundo momento deverá ser feita a consulta a elencos bibliográficos e índices de periódicos. Também aí, além dos catálogos e bancos de dados das bibliotecas, a internet poderá ser um poderoso instrumento de apoio. Algumas bibliotecas disponibilizam *online* índices de revistas, também teológicas, do mundo inteiro, com os títulos e palavras-chave. Consegue-se, desta maneira, o acesso ao debate atual dos assuntos.

Essencial na escolha do tema é a adequada delimitação: o que se pretende pesquisar, em qual período, em que autores ou lugares, com que meios. Mesmo nos trabalhos mais simples de aula deve evitar-se o enciclopedismo superficial. Informações genéricas podem ser encontradas em muitos lugares e não convém perder tempo em repeti-las. É desaconselhável, do ponto de vista científico, propor-se o estudo de um assunto sem antes saber o que já foi pesquisado. Além da necessidade intrínseca de objetividade, a delimitação também se impõe devido a fatores externos. A sociedade do conhecimento ou da informação, requer agilidade no processamento de dados. De outro lado, os recursos financeiros são cada vez mais disputados e raros.

Um trabalho com o tema “A alma humana” não pode ser científico. Já “A alma humana na Filosofia do Século XX” seria mais plausível, ainda que muito abrangente. Viável seria “O conceito de alma humana na Filosofia alemã do Pós-Guerra”. Um bom trabalho certamente seria investigar esse mesmo conceito em Karl Jaspers; no caso de um trabalho de aula, bastaria propor-se a leitura de uma de suas obras, servindo-se de literatura secundária e de textos comparativos a fim de poder reconhecer o que fosse próprio dele. Aprender a focar adequadamente é um dos segredos das descobertas científicas, também nas ciências humanas.

Outra maneira de delimitar seria a redução do objeto. No exemplo acima poderia manter-se uma amplitude maior de tempo, mas restringir melhor o tema “alma”. Uma possibilidade seria: “A alma humana na Filosofia do século XX: superação do conceito dualista”.

1.3 A elaboração do projeto de pesquisa

Visando maior eficiência, é recomendável organizar as intenções e procedimentos por escrito, em forma de projeto de pesquisa.¹² Para os trabalhos de conclusão de curso (monografias), de iniciação científica, dissertações de mestrado e teses de doutorado, essa é sempre uma exigência. Planejar faz parte da aprendizagem, facilita o sucesso na obtenção de resultados de uma pesquisa e é seu primeiro momento. Os principais elementos¹³ de um projeto são: (1) dados de identificação, (2) sumário, (3) parte introdutória, abordando o tema do projeto, o problema, as hipóteses, quando couberem, os objetivos, a justificativa; segue o referencial teórico (4), ou seja, os critérios e teorias com a ajuda das quais se vai fazer a pesquisa, (5) a metodologia, (6) possíveis resultados, (7) os recursos, em forma de orçamento, (8) o cronograma, (9) as referências bibliográficas.¹⁴

Os dados de identificação (1) consistem no nome do autor, do orientador, da instituição, do departamento, do órgão e demais elementos necessários à vinculação do projeto, Na seguinte forma:

NOME: INSTITUIÇÃO: FACULDADE: CURSO: TEMA: ORIENTADOR:

O sumário (2) deve ser apresentado em conformidade com as normas gerais de trabalhos científicos, expostas mais adiante.

Sem falar de introdução, a Norma fala em parte introdutória (3), deixando entender que se devam aproximar (a) o enunciado do tema com sua delimitação e objeto a pesquisar; (b) a formulação de hipóteses, quando for pertinente; (c) os objetivos, sempre formulados a partir de verbos ativos no infinitivo, um e tão somente um por objetivo. Convém distinguir entre objetivo geral e específicos. Como bons exemplos de verbos para os objetivos podem citar-se: estudar, descrever, identificar, analisar, discutir. Aos objetivos segue (d) a

¹² Cf. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15287 – Informação e documentação – Projeto de Pesquisa – Apresentação.

¹³ Cf. NBR 15287, p. 4, item 4.2.2.

¹⁴ As agências de fomento, como FAPERGS, FAPESP, CAPES, CNPq e outras, bem como projetos especiais geralmente possuem exigências adicionais particulares que devem ser tomadas de seus editais ou comunicados.

justificativa, evidenciando a relevância do trabalho no estágio atual das pesquisas sobre o assunto.

No passo seguinte (4), o(a) pesquisador(a) deverá revisar a literatura, em particular a mais recente, especialmente dos periódicos, estabelecendo o que se chamava de *status quaestionis*.

Na metodologia (5) descreve-se o caminho a ser percorrido e os instrumentos teóricos a serem aplicados na interpretação dos dados. Nas ciências humanas geralmente se discutem e produzem ideias. É muito comum, por isso, recuperar dados históricos, interpretar textos e fatos, e adotar categorias teóricas de leitura. Essencialmente podem distinguir-se dois métodos: o analítico e o sintético. A análise geralmente é adotada quando se trata de textos breves a serem explicitados (Às vezes é um livro, ou parte.). Aplica-se a textos normativos como Leis, Doutrinas e livros sagrados (Bíblia). Procede-se da história dos conceitos, estudam-se as circunstâncias em que surgiram e se comparam com autores contemporâneos a fim de captar seu sentido profundo e seu significado nas condições atuais.

O método sintético é aplicado quando se trata de descobrir algo a partir de um vasto campo. Nesse caso recolhem-se as diferentes passagens em que o(a) autor(a) ou autore(a)s tratam do tema a ser pesquisado, estabelecem-se as principais linhas de conteúdo e procura-se construir um quadro orgânico de pensamento. Os trabalhos de síntese geralmente fazem um recorte bem estreito dentro dos limites de espaço, tempo e recursos disponíveis. Nos exemplos acima, o estudo da alma a partir de uma das obras de K. Jaspers seria um trabalho de análise. Já “A alma na Filosofia do século XX: a superação do dualismo” representaria um trabalho de síntese.

Como parte do método, entram ainda as condições da pesquisa: o lugar onde se vai estar, as obras e pessoas a serem consultadas, eventuais visitas, congressos, entrevistas, teorias implicadas e outros aspectos considerados relevantes. Quando for o caso (p. exemplo em pesquisa envolvendo pessoas humanas), também se devem considerar os aspectos éticos e mesmo submeter o projeto a um comitê de ética em pesquisa.

O próximo item (6) consistirá em alguns possíveis resultados a serem obtidos com os estudos, seja formulando hipóteses a demonstrar ou mostrando a abrangência do que se pretende alcançar, no estilo “espera-se poder demonstrar que ...”.

Faz parte desse momento de antecipação, um esquema provisório do conteúdo a ser desenvolvido.

Segue (7) a apresentação de um cronograma do trabalho. Sua finalidade é organizar o tempo em função dos objetivos, estabelecendo metas a serem alcançadas. Serve, além disso, para dar uma visão imediata do estágio dos trabalhos, permitindo necessárias correções de

rumo. Deve basear-se em condições reais de vida e capacidade de trabalho, prevendo um espaço de tolerância para imprevistos.

Finalmente (8), há que a trabalhar com orçamento. Nenhuma pesquisa sai de graça. Todas as pessoas envolvidas precisam viver e os materiais têm custos. Muitas vezes as despesas estão subentendidas, mas há circunstâncias, sobretudo no caso de pesquisas financiadas, em que devem aparecer. Convém, por isso, incluir sempre esse item e aprender a calcular custos e pagamentos.

Ao final do projeto (9), em lista de referências, apresenta-se a bibliografia já consultada e aquela que será usada na pesquisa a ser desenvolvida.

Observe-se a crescente consciência de pesquisa no meio acadêmico, envolvendo cada vez mais pessoas e originando grupos de pesquisa. Por conseguinte, docentes e discentes poderão unir-se em tarefas de projetos maiores.

1.4 Realização da pesquisa

Planejada a pesquisa, executa-se o previsto. É o momento de concentrar-se, reservando o tempo necessário e fazendo as opções correspondentes. Em trabalhos maior fôlego (monografia, dissertação, tese) haverá momentos em que se deverá ter dedicação integral sob pena de prejudicar irreversivelmente a qualidade do resultado. Tratando-se de pesquisa bibliográfica, procede-se do mais simples ao mais complexo, interrogando os textos, clareando conceitos e promovendo o debate entre as obras.

1.5 Publicação

A apresentação ou entrega do trabalho ao professor ou professora, a defesa pública, a comunicação científica em algum evento, a publicação em forma de artigo, representam a última fase da produção. Para cada forma existem normas ou orientações a serem seguidas. Aqui apenas se dão orientações gerais. As demais normas técnicas para textos são o tema da seção 2.

1.5.1 Participação em eventos: congressos, painéis, *papers*, pôsteres

A participação em eventos é essencial na comunicação científica. Trata-se de uma forma de socialização e integração. As formas mais comuns são os congressos, simpósios, painéis, pôsteres e oficinas.

Os pôsteres e oficinas são comuns também para estudantes de graduação. Os pôsteres (ou painel/pôster) consistem geralmente numa apresentação em formato gráfico predeterminado, com os dados de identificação (Título, Autor) e conteúdo (ideias centrais do trabalho). Pode ser solicitada a identificação do orientador, da instituição e outros. É admitida apresentação em forma impressa ou em meio eletrônico.¹⁵

Nas oficinas, na medida do possível, alguém propõe o assunto e o(a)s participantes dão a sua contribuição de acordo com seus conhecimentos.

Uma terceira forma de participação, muito comum, são as comunicações. Trata-se de uma apresentação sintética, geralmente limitada a 20 minutos ou meia hora, expondo os itens essenciais da pesquisa.

Em todas estas formas é preciso ter presentes os objetivos, a justificativa, a metodologia e os principais resultados.

1.5.2 Resumos

Tanto para o início como para o final de qualquer trabalho científico, o resumo tem um papel decisivo. No início, para uma primeira aproximação dos artigos e obras a serem consultados; no final, como parte da publicação.¹⁶ Além disso, ao longo dos estudos podem servir como forma de acompanhamento das aulas e exercícios ou mesmo constituir-se numa forma útil de trabalho acadêmico.

Tecnicamente distinguem-se três tipos básicos de resumos: o resumo indicativo, o informativo e o crítico, mais conhecido como *recensão* e *resenha*.¹⁷ A estes poderia acrescentar-se ainda o recurso, muito útil, de fazer o esquema de um texto.

O resumo indicativo, como a própria palavra já diz, visa informar os conteúdos, sem nenhum tipo de apreciação. É o que geralmente se usa em prospectos ou na seção «apresentação de livros» em periódicos.

¹⁵ Cf. ABNT. NBR 15437. *Informação e documentação - pôsteres técnicos e científicos - apresentação*. Rio de Janeiro, 2006.

¹⁶ Cf. abaixo, p. [21](#).

¹⁷ Para o que segue ver ABNT. *Informação e documentação - Resumo - Apresentação*, NBR 6028. nov. 2003, p. 1.

O resumo informativo, por alguns também chamado «analítico», apresenta “as finalidades, metodologia, resultados e conclusões”, de tal forma que o leitor ou leitora tenha condições de decidir sobre a leitura ou não da obra inteira, podendo, “inclusive, dispensar a consulta ao original”.¹⁸ Deve situar-se nesta categoria o que é também conhecido como *abstract*.

O terceiro modo é o resumo crítico. Redigido por especialistas, preocupa-se em analisar um documento. Um exemplo são as resenhas de livros e obras. A ABNT define a recensão como um caso de resenha: “quando analisa apenas uma determinada edição entre várias”. Independente da norma, alguns autores¹⁹ defendem uma distinção entre recensão e resenha, embora na prática a diferença real pode resumir-se ao seguinte: existe unanimidade quanto ao fato de considerar a recensão como sendo para um livro; o termo resenha é usado geralmente quando são apresentadas várias obras (Resenha de Cristologias recentemente publicadas; resenha dos artigos de uma obra). Neste sentido estrito, obviamente, não pode ser tarefa para estudantes de graduação e apenas restritamente para quem está na pós.²⁰

Assim mesmo, sempre será conveniente que os/as estudantes possam exercitar-se no resumo e apreciação de obras especializadas. Tendo a consciência de que se trata de exercícios e que geralmente não serão publicadas sem a contribuição de um ou uma especialista, podem e devem fazer parte do estudo e da pesquisa. Como exercício normal de aula, podem sugerir-se resumos indicativos ou informativos.

Quanto à sua estrutura e forma é necessário observar o seguinte:

- a referência bibliográfica da obra em pauta deve ser destacada do texto, como primeira informação, no formato de referência bibliográfica, preferencialmente com recuo de margem;
- escreve-se o texto com frases curtas, na voz ativa e em terceira pessoa;
- o nome do autor do resumo aparece ao final.

1.5.3 Defesa pública

¹⁸ Cf. ABNT. *Informação e documentação - Resumo - Apresentação*, NBR 6028. nov. 2003, p. 1.

¹⁹ D. V. SALOMON, propõe o termo recensão, como resumo informativo de uma obra e recensão crítica em lugar de resenha (Cf. *Como fazer uma monografia*, p. 186). Nada impede o uso dessa distinção.

²⁰ Aceitando-se a distinção proposta por D. V. SALOMON (Cf. *Como fazer uma monografia*, p. 192s) usar-se-ia o termo recensão para os resumos de estudantes e o de resenha para as apreciações críticas feitas por especialistas.

A defesa é a forma acadêmica de publicação. Em muitos cursos de graduação é obrigatória para o trabalho de conclusão. Na pós-graduação, é exigida para a tese de doutorado e para a dissertação de mestrado. Consiste numa breve apresentação, dependente das orientações das respectivas unidades. Para o Mestrado em Teologia não deve passar de 30 min.

Consiste em expor as motivações, os objetivos, a relevância, a metodologia, eventuais hipóteses, a estrutura geral do trabalho escrito e os resultados alcançados, na forma de conclusões. Quanto à forma, espera-se uma apresentação clara e convincente.

Após a exposição, em geral seguem as arguições da banca examinadora, que devem ser respondidas de modo argumentativo.

A nota final resulta da média aritmética da defesa oral e do trabalho escrito.

2 NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TEXTOS CIENTÍFICOS

Como principais características externas, podem mencionar-se: linguagem padronizada (correção gramatical e ortográfica), sobriedade gráfica (sem floreios, nem cores, a não ser quando a natureza do tema o exigir), redação em terceira pessoa e substantiva evitando o uso de adjetivos, advérbios e repetições) e, como se verá a seguir, estruturação normada.²¹ Esta caracterização supõe que a apresentação do trabalho é apenas o final de um estudo anterior conforme os métodos próprios a cada ciência, aqui da Teologia.

Quanto ao aspecto formal, as normas podem ser divididas em quatro tipos principais: apresentação exterior (papel, margens, formatação, paginação, subdivisão, numeração progressiva etc.), elementos pré-textuais (capa e/ou folha de rosto, cabeçalho, quando for o caso, sumário, prefácio, dedicatória, epígrafe, lista de abreviaturas etc.), o texto propriamente dito (introdução, corpo, conclusão) e elementos pós-textuais (bibliografia consultada, apêndices, anexos etc.).

Uma norma fundamental: Muitas regras permitem flexibilidade quanto à sua forma concreta. Nestes casos, deve escolher-se um procedimento e mantê-lo ao longo de todo trabalho. A coerência no modo de apresentar é uma norma fundamental!

2.1 Apresentação exterior

Embora o acabamento seja a última parte do trabalho, a observância de algumas regras básicas pode facilitar a fase final de redação e impressão (datilografia). Convém usar desde o início da digitação os formatos corretos de tamanho de papel e margens. O acabamento final pode ser feito quando se tem o texto pronto. A sobrecarga de códigos de estilo e marcas pode causar transtornos nas máquinas. De qualquer forma, deve gastar-se um certo tempo no estudo dos recursos e mecanismos disponíveis.

É fundamental habituar-se a gravar regularmente em elemento externo (algum tipo de disquete) os estágios de elaboração. Geralmente ninguém conclui um trabalho sem problemas de computador. A única maneira de minimizar os efeitos é ter cópias (impressa e digitalizada) do trabalho feito.

²¹ Ver, a propósito, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, NBR 14724.

2.1.1 Papel, formato e espaçamento

De acordo com a NBR 14724, os textos devem ser apresentados no formato A4 (21cm x 29,7cm) em papel branco ou reciclado, recomendando-se impressão dos dois lados. As margens esquerda e superior são de 3 cm, enquanto a inferior e direita, de 2 cm para o anverso, e de 2cm à esquerda e 3 cm à direita no verso. Note-se que estes formatos devem ser inseridos nos editores eletrônicos de textos que muitas vezes usam outros padrões.

O texto deve ser digitado (datilografado) com fonte tamanho 12 (ou 10 cpi), em espaço interlinear 1,5 e fonte normal (portanto sem fontes exóticas e nem coloridas). A norma não especifica a maneira de distinguir a passagem a novo parágrafo. Aparentemente aceita-se separar os parágrafos apenas com uma entrada de alínea (tabulador). Os títulos das seções primárias aparecem na mesma altura do texto normal, sempre em páginas de anverso, e separadas do texto subsequente por um espaço de 1,5. As subseções, separam-se do parágrafo precedente e subsequente, por dois espaços de 1,5. Para destacar títulos e subtítulos devem usar-se as versais (maiúsculas) e os negritos. Palavras estrangeiras e títulos de obras devem ser grifadas com o recurso do itálico, negrito ou sublinhadas (mas não dupla ou triplamente). No Curso de Teologia e no Programa de Pós-Graduação em Teologia adota-se apenas o itálico.

2.1.2 Paginação e numeração

Todas as páginas do corpo do trabalho, com exceção das seções não numeradas (Sumário, prefácio etc.) devem ser numeradas sequencialmente, no canto superior direito, a dois cm das bordas superior e direita. No verso o número de página deve aparecer no canto superior esquerdo. As folhas com os elementos pré-textuais (capa, folha de rosto, listas de siglas e abreviaturas etc.) são contadas, mas não numeradas.

2.2 Elementos pré-textuais

Por elementos pré-textuais designam-se as “informações que ajudam na identificação e utilização de do trabalho”²²

²² Cf. ABNT – NBR 14724. *Informação e documentação*, p. 2.

2.2.1 Capa

Em trabalhos encadernados (trabalhos de conclusão, dissertações e teses), os principais elementos de identificação do trabalho devem aparecer na capa, segundo o padrão da Universidade: Instituição à qual será submetido o trabalho, o nome do autor, título, subtítulo (se for o caso), local e data. As capas podem ser encontradas em setores específicos da Universidade. Para os exercícios exigidos como requisito parcial de avaliação semestral, pode dispensar-se a capa, sendo suficiente a folha de rosto.

2.2.2 Folha de rosto

A folha de rosto, pela qual se identifica univocamente o trabalho científico, deve conter todos os elementos para uma referência adequada. Precisa constar o nome do autor ou autora, centrado na primeira linha de texto; título do trabalho, natureza (tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso, trabalho para disciplina e outros), finalidade, nome do orientador ou professor, local (cidade da instituição à qual é apresentado), ano de entrega.²³

2.2.3 Sumário

Sem mencionar os elementos pré-textuais, o Sumário, deve mencionar as divisões principais do trabalho, com as mesmas palavras do texto, e as páginas correspondentes, recomendando-se o formato idêntico ao do texto. Não sendo numerado, vai centralizado.²⁴

2.2.4 Siglas e abreviaturas

Ao longo de um trabalho científico pode ser útil dispor de uma lista de abreviaturas usuais ou especialmente construída para esta finalidade.²⁵ Para os livros bíblicos, adote-se uma

²³ Confira os exemplos nos apêndices *B* e *C*.

²⁴ Cf. ABNT. *Informação e documentação - Sumário - Apresentação*, NBR 6027, n. 6. Para o modelo, confira Apêndice *D*.

²⁵ Cf. NBR 14724, p. 8, item 4.2.1.11.

lista de acordo com as edições científicas (Jerusalém, TEB, Vozes ou outra). Documentos conciliares e pontifícios

geralmente possuem abreviaturas consagradas. Para o Código de Direito Canônico usa-se CIC (*Codex Iuris Canonici*); para o Catecismo da Igreja Católica, CEC (*Catechismus Ecclesiae Catholicae*). Até mesmo abreviar títulos de periódicos pode facilitar sua referência. Embora exista uma norma da ABNT a este respeito (NBR 6032 – Abreviação de títulos de periódicos...), no caso da Teologia, seguindo a própria ABNT²⁶, será preferível adotar o elenco internacional.²⁷

2.2.5 Resumo (*Abstract*)²⁸

O resumo que precede aos trabalho de conclusão, dissertações e teses de doutorado, é do tipo «resumo informativo». Visa fornecer os elementos essenciais para permitir a decisão sobre a necessidade da consulta ao texto integral, expondo as finalidades, metodologia, resultados e conclusões. Deve ser objetivo e conciso, iniciando com o enunciado do conteúdo geral e do tipo de trabalho (trabalho de conclusão, estudo de caso, memória, análise de situação, dissertação etc.). As frases são breves e afirmativas, na terceira pessoa do singular, em espaço simples, preferencialmente em parágrafo único. Quanto à extensão do *Abstract*, recomenda-se tamanho em torno de 100 palavras para comunicações científicas; para artigos monográficos, 100 a 250 palavras; para trabalhos de conclusão, dissertações e teses, 150 a 500 palavras. Logo abaixo do resumo devem constar as palavras-chave, no máximo seis, no seguinte formato:

Palavras-chave: Palavra1. Palavra2. Palavra3. Palavra4. Palavra5. Palavra6.

²⁶ “[Abreviaturas e símbolos] Devem ser aquelas recomendadas por organismos de padronização nacional ou internacional ou órgãos científicos de competência de cada área” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, *Apresentação de dissertações e teses*, Projeto 14:02.02-002. Rio de Janeiro, 1984, p. 17).

²⁷ Trata-se do IATG²: S. SCHWERTNER. *International Glossary of Abbreviations for Theology and related Subjects*. 2. ed. Berlin – New York: De Gruyter, 1992.

²⁸ Cf. o que se disse acima (p. 15) sobre resumos; ademais, ABNT. *Informação e documentação - Resumo - Apresentação*, NBR 6028. Nov.2003; D. V. SALOMON. *Como fazer uma monografia*, p. 185-201.

Em dissertações, teses e artigos científicos, o resumo com as palavra-chave é traduzido para uma outra língua, preferencialmente o inglês (*Abstract*), com as palavras-chave (*Keywords*).

2.2.6 Folha de aprovação

Para dissertações e teses, depois da defesa, acrescenta-se a folha de aprovação imediatamente após a folha de rosto. Nela devem constar os elementos da folha de rosto, seguidos pela data de aprovação e os nomes dos membros da banca de defesa com as instituições de origem (cf. abaixo, apêndice M).

2.3 Texto do trabalho

O texto propriamente dito será dividido em três partes essenciais: introdução, desenvolvimento e conclusão. O corpo do trabalho deve ser subdividido proporcionalmente em seções (capítulos ou subitens).

2.3.1 Introdução

Coloca o tema a ser estudado, seu lugar na Teologia, o estado atual da questão e principais autores que se ocupam do assunto. Mostra, em seguida, o enfoque a ser dado no trabalho desenvolvido com as principais perguntas a serem respondidas. Conclui-se mencionando as partes do desenvolvimento do texto. Embora se deva saber desde o começo do trabalho o que vai ser escrito na introdução, sua redação final geralmente só se faz após a conclusão do texto.

2.3.2 Desenvolvimento do texto, seções e numeração

No desenvolvimento explicitam-se e mostram-se as bases das ideias a serem comunicadas e demonstradas. Deve refletir uma adequada divisão do assunto, formando um desenvolvimento lógico em vista do que se quer dizer. É fundamental que em sua origem haja um esquema com as diferentes divisões e subdivisões. Deve refletir a capacidade argumentativa, científica e demonstrativa de seu autor, usando os procedimentos adequados ao seu campo.

É normal, portanto, no caso da Teologia e das ciências humanas em geral, apontar os autores que trataram da questão, fazer referência ao seu pensamento e buscar neles argumentos convincentes. Mostram-se os pensamentos semelhantes, as contradições, as complementações, as divergências e assim por diante.

Sendo a biblioteca o principal laboratório de produção de conhecimento desse campo de saber, todas as ideias e afirmações que não são próprias ou tenham sido abordadas por outros, devem ter sua fonte ou seu parentesco inequivocamente indicados. Por isso, no corpo de um trabalho científico, sob pena de se cair no senso comum, nenhuma página pode ser escrita sem referências.²⁹

É de grande utilidade, para garantir a progressiva explanação do tema, formular sempre de novo alguma questão a ser respondida e apresentar pequenas conclusões ao final de cada seção maior.

As seções do desenvolvimento do trabalho (dispensa-se a expressão capítulo) devem ser numeradas em sequência crescente pelo sistema decimal, podendo ir até a quinária (ex.: 2.4.3.1.2).³⁰ Uma adequada subdivisão pode reduzir os exageros. Os números, chamados indicativos, são colocados diante dos títulos das seções e separados apenas por espaço, sem ponto (.) ou traço (-). Recomenda-se uma formatação diferenciada de acordo com o nível da

²⁹ Cf. acima, seção 2.1.2, as normas relativas.

³⁰ Cf. ABNT. *Informação e documentação - Numeração progressiva das seções de um documento*, NBR 6024. Não há suficiente clareza quanto à numeração ou não da introdução e da conclusão. Por razões de lógica seria melhor não numerar a fim de evitar descompasso com a numeração das seções primárias. É esta a prática da maioria dos autores e não parece conflitar diretamente com as definições da NBR 6024. A interpretação a favor da numeração poderia basear-se na NBR 10719. Ao normar a apresentação de relatórios técnico-científicos põe na figura 1 (p. 5) a introdução com o número 1; entende, ademais, explicitamente a introdução e a conclusão como seções do texto, ainda que não determine explicitamente sua numeração. A NBR 14724, relativa à apresentação dos trabalhos científicos, (n. 4.2.2) menciona uma parte introdutória e uma parte conclusiva.

seção, podendo adotar o seguinte esquema: as seções primárias, em maiúsculas e negrito; as secundárias, em maiúsculas sem negrito; as terciárias em negrito; as quaternárias e quinárias em letra normal.

Exemplo:

1 NORMAS TÉCNICAS

1.1 ASPECTOS GERAIS

1.1.1 Formato de papel e margens

1.1.1.1 A folha de rosto

1.1.1.1.1 Folha de rosto para tese

2.3.3 Conclusão

Ao final do texto recolhem-se as conclusões que seguem das partes anteriores e respondem sinteticamente às perguntas feitas na introdução. Como critério pode adotar-se a prática de ler a introdução e a conclusão sequencialmente.

2.3.4 Citações e referências

2.3.4.1 Normas para citações

Citações reproduzem texto ou pensamento de outra pessoa. No primeiro caso tem-se uma transcrição, citação direta, e no segundo uma paráfrase, citação indireta. Podem ainda, quando não se teve acesso ao autor original, ser feitas a partir de um outro. Nesse caso tem-se a citação de citação.

Quanto à apresentação, em se tratando de texto transcrito, esse é destacado (cf. NBR 10520) mediante colocação entre aspas (“ ”). Quando no original transcrito já existirem aspas, essas são indicadas mediante o uso de aspas simples (‘ ’). As citações longas, com mais de três linhas, devem aparecer em parágrafo isolado, destacado do texto normal, por dois espaços de 1,5 – antes e depois – sem aspas, (salvo o caso de aparecerem em rodapé) em espaço interlinear simples, com a mesma fonte do texto, mas em tamanho proporcional menor, com recuo de 4 cm da margem esquerda e sem recuo de primeira linha. Deve reduzir-se ao mínimo indispensável o número de citações longas. É melhor sintetizar o texto e transcrever o pensamento do autor. Veja o padrão de página digitada no Apêndice F.

Do ponto de vista redacional, na medida do possível e sem ferir a fluência, é preciso indicar com clareza o autor no próprio texto: “Na opinião de tal autor ...”; “Como ensina Fulano de Tal, ...”. “Ponto de vista distinto, defende NN, para quem ...”.

2.3.4.2 Referências e sistemas de chamada

Todas as citações devem ter as suas fontes rigorosamente identificadas. A fim de não sobrecarregar o texto, adota-se um sistema de chamadas. Existem basicamente três tipos: o sistema autor-data, o numérico e o de referência em nota de rodapé.³¹ Pelo sistema numérico

³¹ Cf. ABNT, NBR 10520, n. 6. A NBR 6023 (n. 9) chama ao segundo sistema de alfabético. Nas normas da ABNT não fica suficientemente claro se o uso de notas de referência em rodapé exclui notas explicativas. Conforme a NBR 10520 (2002, n. 6.2.1) “o sistema numérico não deve ser utilizado quando há notas de rodapé”. De modo semelhante a NBR 6023 (2002, n. 9.2) afirma que não se pode usar concomitantemente o sistema numérico para notas de referência e explicativas. Há quem interprete a Norma usando sistemas distintos: números para as chamadas de referência e asteriscos, p. ex., para notas explicativas (cf. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Normas para apresentação de documentos científicos*. v. 7, p. 30). No entanto, a mesma obra, ao falar das Notas de Rodapé (cf. *ibid.*, p. 37) põe como uma das suas finalidades “notas de referência”. Como na prática, em vários campos da área e em diferentes países, se adota a simultaneidade, pode considerar-se legítima sua utilização.

usa-se um número após a citação, remetendo a uma listagem sequencial, por número de chamada, ao final do artigo. É bastante comum em algumas áreas tecnológicas, onde as bibliografias se restringem a artigos especializados.

Nas ciências humanas adota-se mais comumente um dos outros dois modos: a nota de referência no rodapé ou o sistema de autor-data. Pelo primeiro, associa-se a um número de chamada a referência ao pé da página, devendo constar os elementos essenciais para identificar a obra, no seguinte formato: SOBRENOME, nome. *Título*, p. No caso de capítulo ou parte de obra coletiva, ao nome do autor devem seguir o título, a indicação da obra e página(s) em que foi encontrado. Tratando-se de artigo de periódico é preciso indicar ainda o ano e o volume.³²

No segundo modo, mencionam-se entre parênteses o sobrenome do autor, a data e a página: exemplo (SALVADOR, 1986, p. 17). As duas maneiras têm suas vantagens próprias. Em textos mais longos e com muitas obras citadas o sistema autor-data, pode dificultar o acompanhamento da exposição. O sistema de referência ao pé de página, apresenta a desvantagem de exigir mais espaço e mais digitação, embora permita seguir com mais segurança o que está sendo discutido ou apresentado.

Cada autor deve escolher um dos sistemas e adotá-lo conseqüentemente até o final do trabalho, conforme as orientações a seguir.

Para a Faculdade de Teologia da PUCRS, salvo exceções, deve seguir-se o sistema de referência em nota de rodapé, em consonância com a prática geral internacional para a área de Teologia.

2.3.5 Sistema de chamadas

2.3.5.1 O sistema de nota de referência em rodapé

Após citar ou aludir ao texto de outro autor, coloca-se, depois do sinal de pontuação, ou do conceito ao qual se refere, o número sequencial correspondente à nota de rodapé, na qual deverão aparecer os dados suficientes para recuperar a informação. Nas presentes orientações, sugere-se adotar o princípio de citar a partir do sobrenome, seguido das iniciais do nome, com

³² Não se justifica a norma segundo a qual se deva fazer a referência completa na primeira ocorrência, uma vez que todos os elementos obrigatórios devem constar da lista das referências bibliográficas, exigida ao final do trabalho. Se para o sistema autor-data bastam o sobrenome, o ano e a página correspondente, para o sistema de rodapé são suficientes os elementos mencionados.

o título em itálico, eventualmente abreviado e a página correspondente. Os dados completos devem figurar na lista de referências ao final do artigo ou trabalho. Quanto à formatação das notas, ver abaixo, p. [30](#), seção 2.3.6.

Na opinião de H. Küng, “no final da vida humana e do curso do mundo, [...] se encontrará o próprio inefável”¹.

¹ KÜNG, H. *Teologia a caminho*, p. 291.

Nas Referências: KÜNG, Hans. *Teologia a caminho*. São Paulo: Paulinas, 1999.

Citações de citações devem ser evitadas o quanto possível, preferindo-se a consulta à obra original. Quando inevitáveis, referir o autor original das mesmas, seguidas da expressão latina *apud* ou seu equivalente *junto a* ou *citado por*.

Quando o mesmo autor é citado em sequências imediatas, e na mesma página, pode usar-se a expressão latina *Idem* (o mesmo), seguido de vírgula com o título da obra e a página correspondente. No caso de citar o mesma obra do autor, sempre na mesma página, pode substituir-se por *Ibidem* (no mesmo lugar). Uma referência a uma obra anteriormente citada, mas não imediatamente antes, pode ser feita por *op. cit.* (obra citada), ou *loc. cit.* (lugar citado). O problema no uso desse tipo de referência é a mobilidade das páginas. Geralmente, na fase de formatação final, e mesmo de impressão, há deslocamentos de quebra de página. Convém, por isso, tentar evitar ao máximo essa forma de indicação de fonte.

2.3.5.2 O sistema autor-data

Explica-se a seguir, o sistema autor-data, apenas para fins de conhecimento, mas, como já se disse anteriormente, na Faculdade de Teologia da PUCRS, seguindo a praxe internacional predominante, não se usa essa maneira de referir.

Os elementos fundamentais para esse sistema são: a) o autor ou primeira palavra pela qual se dá a entrada na lista de referências ao final do texto;³³ b) a data; c) página ou páginas, indicada(s) por *p*. Podem aparecer, em parte ou no seu todo, entre parênteses, separados, por

³³ Ver a norma e os exemplos relativos na seção 3.

vírgula. A parte que aparece no texto, segue as normas gramaticais para maiúsculas e minúsculas. À diferença do que ocorre frequentemente no sistema de nota de referência, nas citações indiretas (paráfrases ou resumos), não se faz a indicação «cf.» ou «ver». Identifica-se esse tipo de citação pela ausência de aspas ou recuo de margem. A indicação de páginas, no entanto, quando se trata de partes, em geral deve ser feita, mesmo se a norma não o exige.

Para Hans Küng (1999, p. 291) “no final não haverá mais profetas ou iluminados que dividam as religiões”.

Há quem pense que “no final não existirá nenhuma religião” (KÜNG, 1999, p. 291).

A Teologia da libertação se entende por um lado como «reflexão crítica da fé» (GUTIÉRREZ, 1972) e por outro, no caso de Jon Sobrino (1988, 1992, p. 47-80), como «*intellectus amoris*».³⁴

Quando entre parênteses, usa-se apenas o Sobrenome do autor, ou a primeira palavra com a qual uma obra consta na lista de referência, seguido pelo ano de publicação e a página correspondente, quando for o caso. Havendo coincidência de sobrenomes, acrescenta-se a primeira letra do nome; permanecendo a confusão, usa-se todo o nome. Em caso de o autor haver publicado duas obras num ano, diferencia-se por letras, de acordo com a listagem bibliográfica.

(ECCLESIA ..., 1970) remetendo à obra: ECCLESIA a Spiritu Sancto edocta. LG 53. Leuven; Gembloux (Belgique): Duculot, 1970.
 (RAHNER, H., 1960)
 (RAHNER, K., 1972)
 (SOBRINO, JOSÉ, 1950)
 (SOBRINO, JON, 1965)
 (KASPER, 1974a)
 (KASPER, 1974b)

³⁴ Neste último exemplo, o primeiro texto (1988) não indica a página por se tratar de um artigo apenas; no segundo (1992), por se tratar de um livro, indicam-se as páginas correspondentes.

Deve resolver-se, ainda, o problema da pontuação. Uma regra simples consiste em sempre se incluírem entre aspas as pontuações correspondentes. Nesse caso, a chamada, entre parênteses, pode ficar independente ou não, conforme esteja ou não precedida de ponto final.³⁵

Exemplos:

A contraposição entre o “Jesus histórico da exegese e o Cristo eclesial da dogmática se dissolve quando a especificidade, a origem e sua finalidade do método dogmático estão adequadamente clarificados ” (HÜNERMANN, 1994, p. 14).

“A mística da experiência pascal é *nossa* força; seu testemunho, nossa primeira mensagem.” (SUESS, 2001, p. 175, grifo do autor)

Nas citações de citação, deve mencionar-se o autor original, com seus dados, seguido de *apud* (junto a) e a chamada correspondente à obra da qual se tomou a citação. Embora não se conheça uma norma para a referência, a sugestão da Universidade Federal do Paraná (2002, v. 7, p. 12), de citar a fonte primária em nota de rodapé, deve ser tomada como pertinente.

Exemplo.:

No Texto: Conforme S. Tomás³⁶, citado por C. Boff (1998, p. 545), “alguém pode pecar ao fazer Teologia”.

Na lista de referências, ao final: BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Consegue-se, desta maneira, controlar efetivamente a referência, independente da fonte secundária.

2.3.5.3 Bíblia, Tradição, Magistério, Patrística, Clássicos

Citações bíblicas e documentos conciliares, facilmente acessíveis, referem-se no corpo do texto, entre parênteses ().

³⁵ Errado seria colocar um ponto final antes dos parênteses e outro depois (LUFT, C. P. *Novo manual de português, gramática, português oficial, literatura, redação, textos e testes*. 4. ed. São Paulo: Globo, 1997, p. 208). A ABNT (NBR 10520, n. 5.1 e 5.2) ao dar os exemplos, comete justamente esse erro. Gramaticalmente seria recomendável incluir o ponto final dentro dos parênteses.

³⁶ *In Boethium de Trinitate*, q. 2, a. 1. O título verdadeiro da obra citada por Clodovis BOFF (*Teoria do método teológico*, p. 454) provavelmente seja *In librum Boethii de Trinitate Expositio*.

Exemplos:

“Das sobras dos trabalhos fazem-se os ídolos” (*Sb* 13,10-19).
 “Todos os homens são chamados a pertencer ao novo povo de Deus” (*Lumen gentium*, n. 13).

Quando se possa inferir claramente do contexto o concílio ao qual se faz referência, a indicação é dispensável. O mesmo vale para outros documentos do Magistério eclesial.

Um caso particular representam as coletâneas de símbolos e textos considerados representativos para a formulação da fé. A mais comumente citada é a de Heinrich DENZINGER, cuja primeira edição é de 1854. É referida geralmente pelo seu número marginal, precedido das iniciais do primeiro editor seguido do responsável pela edição usada: *D*, para Denzinger, *DS*, para Denzinger - Schönmetzer (Adolf); *DH*, para Denzinger - Hünermann (Peter), o atual responsável. *DH* 1300-1302, p. ex., refere-se aos números 1300 a 1302 da edição coordenada por Peter Hünermann.

De modo semelhante os textos patrísticos, assim como clássicos em Filosofia e Teologia, geralmente são citados conforme divisões consagradas, independentemente da edição ou tradução. A divisão pode ser por «livros»: AGOSTINHO. *De trinitate*, XV, 27,49 (Referindo-se ao livro 15, capítulo 27, § 49, da obra *De Trinitate*). O mesmo vale para Aristóteles, Sócrates, Platão e outros. Textos patrísticos geralmente são tomados de edições críticas ou coletâneas, como a de Paul MIGNE (abreviada por *PL* quando diz respeito à série latina, e por *PG*, quando se trata da série grega), ou *Sources Chrétiennes*, entre outras. O título da coletânea é citado entre parênteses. No caso acima, teríamos: AGOSTINHO. *De trinitate*, XV, 27, 49 (*PL* 42, 1096), fazendo referência ao MIGNE, série latina, volume 42, col. 1096.

A *Suma Teológica* de Tomás de Aquino, é outro caso muito frequente. Dividida em partes, questões e artigos, é citada indicando esses diversos elementos. Assim *S. Th.* I, q. 27, a. 3 diz respeito ao artigo 3 da questão 27 da parte primeira.

2.3.6 Notas de rodapé e número de chamada

Nos textos científicos as notas de rodapé constituem parte do aparato crítico e servem a três finalidades: explicitar ou comentar algum elemento do texto (notas explicativas), referir a

alguma outra passagem no próprio trabalho (referências cruzadas) e registrar as referências bibliográficas de citações.

As notas de rodapé, como diz a própria palavra, são apresentadas ao pé da página e referidas a um número de chamada sequencial. Este, com os recursos da informática, deve ser sobrescrito, após o sinal de pontuação. Em se tratando de palavras ou expressões, segue imediatamente.

Quanto ao texto das notas. Vai separado por um espaço simples “E por filete de 5 cm, a partir da margem esquerda”³⁷. O espaço interlinear é simples e a letra menor, possivelmente corpo 10, no mesmo estilo de fonte do texto e coerente com as citações longas no texto. Entre as notas insere-se um espaço correspondente ao de parágrafo (p. ex., 1,5 ou 6pt). O número da nota aparece isolado à esquerda do alinhamento do texto.

2.4 Elementos pós-textuais

Ao final do desenvolvimento e da conclusão seguem os elementos pós-textuais, destacando-se as referências como elemento obrigatório.

2.4.1 Referências bibliográficas

Ao final do trabalho, sob o título «Referências», devem registrar-se os elementos necessários à identificação das obras citadas ao longo do texto, conforme as normas para referências bibliográficas a seguir. Eventualmente podem, e em alguns casos devem, constar também as consultadas ou até as que sejam úteis para quem pretenda obter uma visão de conjunto. A ordenação da lista pode ser alfabética, sistemática (por assunto) ou cronológica. No sistema de chamada por autor-data, bem como no sistema normal de notas de rodapé, deve seguir-se a ordem alfabética.

Para especificação e ordem dos elementos das referências, cf. as normas da próxima seção.

³⁷ ABNT. *Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação*, NBR 14724, n. 5.2.1.

2.4.2 Elementos opcionais: Glossário, Apêndice, Anexo, Índices

Para alguns trabalhos recomenda-se um glossário de termos técnicos usados ao longo do texto. Deve seguir imediatamente às referências bibliográficas e os termos devem aparecer em ordem alfabética.

Mais frequente do que o glossário é o uso de apêndices, que não pode ser confundido com o anexo. Os dois, de acordo com a NBR 14724 (ago. 2002, 3.3 e 3.4), são textos ou documentos que servem “de fundamentação, comprovação e ilustração”. A diferença está no fato de o apêndice ser elaborado pelo autor, enquanto o anexo, com a mesma finalidade, é apenas recolhido de outro lugar. Caso existam os dois, o(s) apêndice(s) precede(m) ao(s) anexo(s).

Ao final do trabalho, especialmente em se tratando de dissertações e teses, podem acrescentar-se índices de citações, autores ou temas.

3 NORMAS PARA REFERÊNCIAS E LISTAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas têm uma normatização bastante rigorosa estabelecida pela ABNT (NBR 6023 de agosto de 2002). As orientações dadas a seguir tentam traduzir simplesmente essa Norma.³⁸ A fim de garantir a integridade e precisão dos dados requeridos, deve manter-se um arquivo com as fichas bibliográficas, registrando todos os dados necessários. Esse trabalho deve ser feito desde o começo e acompanhar cada passo da redação, sob pena de se perderem as informações respectivas.

3.1 Normas gerais de apresentação

Como elementos principais nas referências, consideram-se os seguintes: autoria, título da obra, imprensa (cidade e editora) e data. Estes elementos, quando presentes, devem sempre aparecer.

O formato básico de referência bibliográfica será o seguinte:

<p>SOBRENOME, Nome. <i>Título da obra</i>: subtítulo. n. ed. Local: editora, ano da publicação. Número de volumes, quando for mais de um (Coleção ou série). BOFF, Leonardo. <i>A Trindade e a sociedade</i>. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1987 (Col. Teologia e Libertação II/5).</p>

Caso o documento provenha de meio eletrônico (*online*, disquete, CD-ROM ou semelhante) faz-se também sua identificação.

Em obra publicada sob pseudônimo, este é adotado na referência. Quando o verdadeiro nome for conhecido, é indicado entre colchetes, depois do pseudônimo: PAREDES, Ivan [Jon Sobrino].

Deve ser frisado mais uma vez: é essencial manter a coerência na maneira de apresentar todas as obras listadas. Todas devem conter os mesmos critérios de pontuação, destaque e elementos.

³⁸ Para membros da comunidade universitária da PUCRS, existem exemplos disponíveis na página da biblioteca da Universidade <<http://www.pucrs.br/biblioteca/mod-ref.htm>>.

3.2 Especificação e ordem dos elementos

3.2.1 Autoria

3.2.1.1 Uma ou mais pessoas físicas

Em português a entrada se dá pelo último sobrenome (o do pai), salvo nos casos dos acréscimos Filho, Júnior e outros que seguem imediatamente ao sobrenome.

Outros países têm sistemática diferente. Assim, em espanhol, o sobrenome do pai é o penúltimo. Entra-se, portanto, por este e não pelo último: TORRES QUEIRUGA, Andrés; e não QUEIRUGA, Andrés Torres. Até mesmo fichas bibliográficas de livrarias podem errar a esse respeito!

TORRES QUEIRUGA, Andrés. *O diálogo das religiões*. São Paulo: Paulus, 1997.

No caso de mais obras de um mesmo autor, referenciadas em sequência e na mesma página, seu nome, a partir da segunda menção, pode ser substituído por um traço sublinear de seis espaços (ABNT, NBR 6023, n. 9.1.1).

BOFF, Leonardo. *A Trindade e a sociedade*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1987 (Teologia e Libertação, v. II/5).

_____. *Dignitas terrae: Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. 2. ed. São Paulo: Atica, 1996 (Religião e Cidadania).

Quando se tratar de **2 ou 3 autores**, são referenciados na ordem em que aparecem na publicação, e separados um do outro por ponto e vírgula.

LIBANIO, João Batista; MURAD, Afonso. *Introdução à Teologia: perfil, enfoques, tarefas*. São Paulo: Loyola, 1996.

Se há **mais de 3 autores**, indica-se apenas o primeiro, seguido da expressão latina *et al.* ou *et alii*. Expressões como AAVV ou VVAA ou Vários, não são aceitas pelas normas brasileiras.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo et alii. *Neoliberalismo e o pensamento cristão*. Petrópolis: Vozes, 1994.

Organizador, Compilador, Coordenador, Editor: Quando não há autor, e sim um responsável intelectual, entra-se por este responsável, seguido da abreviação que caracteriza o tipo de responsabilidade, entre parênteses.

SUSIN, Luiz Carlos (Org.). *O mar se abriu*. São Paulo: SOTER - Loyola, 2000.

3.2.1.2 Autoria de entidades coletivas

Entra-se pelo nome por extenso e em maiúsculas.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas*. São Paulo: Paulinas, 1999 (Documentos da CNBB, 62).

Se a entidade coletiva tiver denominação genérica, isto é, seu nome existir em diferentes lugares, entra-se pelo órgão superior ou pela jurisdição, em maiúsculas.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Secretaria Nacional. *Luta pela terra*. São Paulo: Paulus, 1997.

3.2.1.3 Eventos (congressos, conferências, concílios, encontros etc.)

NOME DO EVENTO, numeração (se houver), ano, local (cidade). *Título*: tipo (anais, atas, resumo, tópico temático etc.). Local de publicação: Editora, data de publicação. Número de páginas ou volumes.

CONGRESSO TEOLOGICO INTERNAZIONALE DI PNEUMATOLOGIA, 1982, Roma. *Credo in Spiritum Sanctum*: Atti del Congresso Teologico Internazionale in occasione del 1600° anniversario del I Concilio di Constantinopoli e del 1500° anniversario del Concilio di Efeso. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1983. 2 v. (Teologia e Filosofia, 4-5).

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1962-1965, Cidade do Vaticano. *Lumen Gentium*. In: VIER, Frederico (Coord. Geral). *Compêndio do Concílio Vaticano II*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 37-117.

3.2.1.4 Obras no todo, sem autoria

As monografias no todo, sem autoria, têm a sua entrada pelo título, sem grifo, com a primeira palavra em maiúscula. Também aqui vale o dito acima: os termos “anônimo” ou AAVV, ou VÁRIOS não devem ser usados.

ECCLESIA a Spiritu Sancto edocta. LG 53. Mélanges théologiques: Hommage à Mgr. Gérard Philips. Leuven - Gembloux (Belgique): Duculot, 1970 (Bibliotheca Ephemeridum Theologicarum Lovaniensium, 28).

3.2.2 Título

O título é reproduzido tal qual figura na obra ou trabalho referenciado, transliterado, se necessário. Quando for em língua estrangeira, deve obedecer à escrita normal naquela língua. Ver especialmente os casos do alemão (substantivos sempre em maiúscula) e inglês (todas as palavras menos os artigos, preposições e conjunções).

Os subtítulos podem ser omitidos, mas quando se mencionarem, separam-se do título por dois pontos (:) sem grifo.

Se há mais de um título, ou se aparece em mais de uma língua, registra-se o que estiver em destaque ou em primeiro lugar. Se for preciso, faz-se a tradução do mesmo, entre colchetes ([]). Quando necessário, acrescentam-se ao título outras informações na forma como aparecem na publicação também entre colchetes ([]).

3.2.3 Edição

Logo após o título indica-se a edição, quando mencionada na obra, em algarismo(s) arábico(s) seguido(s) de ponto e da abreviatura da palavra “edição”, no idioma da publicação: 2. ed.; 2. Aufl. Emendas e acréscimos são indicadas de forma abreviada: 2. ed. rev.; 2. ed. rev. aum. Em documentos eletrônicos a versão é tratada como edição. Exemplo: BIBLEWORKS for Windows. Version 4.0.05p. [s.l.] Lotus, 1999. 1 CD-ROM.

3.2.4 Local

O nome do local (cidade) deve ser indicado assim como figura na publicação referenciada. No caso de homônimos, acrescenta-se o nome do país, Estado etc. Quando há mais de um local para uma só editora, basta indicar o primeiro ou o mais destacado. Ex.: Herder: Freiburg. Quando a cidade não aparece na publicação, mas pode ser identificada, indica-se entre colchetes. Não sendo possível determinar o local, indica-se entre colchetes [S.l.] (*Sine loco*).

3.2.5 Editora

O nome da editora deve ser grafado assim como figura na publicação, abreviando-se os prenomes e suprimindo-se outros elementos que designam a natureza jurídica ou comercial da mesma, desde que dispensáveis à sua identificação: Vozes (e não Editora Vozes)

Quando há duas editoras, indicam-se as duas com suas respectivas cidades:

DONNER, Herbert. *História de Israel: e dos povos vizinhos*. Vol. 1: dos primórdios até a Formação do Estado. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 1997.

Quando a editora não aparece na publicação, mas pode ser identificada, indica-se entre colchetes. Na sua falta pode mencionar-se o impressor. Na falta desse, indica-se entre colchetes [S. n.] (*Sine nomine*).

Quando o local e a editora não aparecem na publicação, procede-se de modo semelhante [S.l.: s.n.].

Não se indica o nome da editora quando o livro é editado pelo autor.

3.2.6 Data

Indica-se sempre o ano de publicação em algarismos arábicos: 1999 (e não 1.999 ou MCMXC). Se nenhuma data de publicação, distribuição, *copyright*, impressão etc. puder ser determinada, registra-se uma data aproximada entre colchetes: [1981?] para data provável; [ca. 1960] para data aproximada; [197-] para década certa; [18--] para século certo; [18--?] para século provável.

Os meses de quatro letras ou mais devem ser abreviados no idioma original da publicação (ver anexo). Se a publicação indicar, em lugar dos meses, as estações do ano ou as divisões do ano em trimestres, semestres etc., transcrevem-se as primeiras tal como figuram na publicação e abreviam-se as últimas: Summer 1987; 2. trim. 1987.

3.2.7 Descrição física

Quando a publicação tem mais de um volume, indica-se o número desses seguidos da abreviatura “v.”: 3 v. Se o número dos volumes bibliográficos diferir do número dos volumes físicos, registre-se da seguinte forma: 8 v. em 5 ou 3 v. em 7.

3.2.8 Séries e coleções

Séries e coleções indicam-se ao final da referência, entre parênteses, mediante o título e separado do número, quando existir, por vírgula.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. <i>Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas</i> . São Paulo: Paulinas, 1999 (Documentos da CNBB, 62).

3.3 Normas especiais

Devido a suas particularidades, descrevem-se, a seguir, alguns casos que exigem atenção especial.

3.3.1 Dissertação/Tese

Entra-se pelo sobrenome do(a) autor(a), título, ano (sem local) e número de folhas, separados por ponto. A seguir, em nota, menciona-se o tipo de trabalho (tese, dissertação, trabalho de conclusão), o grau, a vinculação, o local e o ano da defesa.

MIÔR, Orildes. *A misericórdia e a solidariedade de Jesus à luz de sua relação com a pessoa sofrida*. 1998. 111 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdade de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

TEIXEIRA, Evilázio Francisco Borges. *Mistério e Epifania de Deus Pai: estudo teológico sobre o De Trinitate de Santo Agostinho*. 2002. 288 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Faculdade de Teologia, Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, 2002.

3.3.2 Livros Sagrados

Conforme o Código de Catalogação anglo-americano (1983-1985, n. 21.37A; 25.17; 25.18), os textos reconhecidos como sagrados por um grupo religioso, têm sua entrada pelo título em português, seguido das especificações de língua, versão, tradução, edição. Para o mais aplicam-se as normas de referência da ABNT.

BÍBLIA. Português. A Bíblia de Jerusalém. Nova edição rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. Hebraico. Stuttgartensia. Biblia Hebraica Stuttgartensia quae antea ...editerat R. Kittel, editio funditus renovata editerunt K. Elliger et W. Rudolph. Textum Masoreticum curavit H. P. Rüger. Masoram elaboravit G. E. Weil. Ed. quarta emendata. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1990.

ALCORÃO. Português. Trad. José Pedro Machado ; pref. Suleiman Vali Mamede. Lisboa Junta de Investigações do Ultramar, 1979.

À semelhança das Escrituras Sagradas são tratados também os Apócrifos.

3.3.3 Livros litúrgicos, catecismos e direito canônico

O *Código de Catalogação* (21.1B2; 21.38; 21.39) prescreve a entrada pelo nome da Igreja ou Religião à qual pertençam os referidos livros. Em geral, essa entrada, para efeitos de trabalhos acadêmicos, é dispensável. Na consulta a bibliotecas, no entanto, deve-se acessar muitas vezes desta forma. Adote-se, portanto, salvo melhor aviso, como formato básico, o título do livro com as especificações na forma conhecida.

MISSAL Romano. Restaurado por decreto do Sagrado Concílio Ecumênico Vaticano Segundo e promulgado pela autoridade do Papa Paulo VI. Trad. Portuguesa da 2. ed. típica para o Brasil realizada e publicada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com acrésc. aprov. pela Sé Apostólica. São Paulo: Paulinas; Petrópolis: Vozes, 1972.

LITURGIA das Horas. Ofício Divino renovado conforme o Decreto do Concílio Vaticano II e promulgado pelo Papa Paulo VI. Trad. para o Brasil da segunda ed. típica. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Paulus, Ave-Maria, 1995.

CATECISMO da Igreja Católica. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Loyola, 1993.

UNSER GLAUBE. Die Bekenntnisschriften d. evang. luth. Kirche. Im Auftr. d. Kirchenleitung d. Vereinigten Evang.-Luth. Kirche Deutschlands (VELKD) hrsg. vom Luth. Kirchenamt d. VEKLD. Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus Mohn, 1986.

CÓDIGO de Direito Canônico. Promulgado por João Paulo II, Papa. São Paulo: Loyola, 2001.

ou

IGREJA CATÓLICA. *Código de Direito Canônico*. Promulgado por João Paulo II, Papa. São Paulo: Loyola, 2001.

3.3.4 Referência legislativa (leis, decretos, portarias etc.)

Segue o formato básico, LOCAL (país, Estado ou cidade). Título (especificação da legislação, número e data). Ementa. Indicação da publicação oficial.

BRASIL. Decreto-lei n. 2423, de 7 de abril de 1988. Estabelece critérios para pagamento de gratificações e vantagens pecuniárias aos titulares de cargos e empregos da Administração Federal direta e autárquica. *Diário Oficial da União*, Brasília, v.126, n.66, p. 6009, 8 abr. 1988. Seção 1, pt.1

3.4 Monografias em parte (capítulos), verbetes de dicionário, volumes etc.

Tratando-se de uma parte (capítulo de livro, páginas, volumes de coleção etc.) da obra de um autor, cita-se normalmente, acrescentando a indicação das páginas ou volumes correspondentes.

VILANOVA, Evangelista. *Historia de la teología cristiana*. Barcelona: Herder, 1992. 3 v. v. 3: Siglos XVIII, XIX y XX.

Quando a parte citada possui autoria própria (capítulos de obras coletivas, verbetes de enciclopédias e léxicos) entra-se com a autoria da parte, seu título correspondente, em fonte normal, seguida de In: e as referências da obra a que pertence a parte, acrescentando, ao final, o capítulo, os volumes ou as páginas inicial e final.

MOLTMANN, Jürgen. Teologia latino-americana. In: SUSIN, Luiz Carlos (Org.). *O mar se abriu*. São Paulo: SOTER - Loyola, 2000, p.225-232.
 CONGAR, Yves. Actualité de la Pneumatologie. In: CONGRESSO TEOLOGICO INTERNAZIONALE DI PNEUMATOLOGIA, 1982, Roma. *Credo in Spiritum Sanctum: Atti ...* Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1983, v. 1, p. 15-28.
 HARDER, Ives-Jean. Amor. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de Teologia*. São Paulo: Loyola; Paulinas, 2004, p. 109-118.

3.5 Periódicos

Na referência de periódicos é preciso levar em conta os casos em que é citado o periódico inteiro, ou um fascículo, ou um artigo.

3.5.1 Considerados no todo

Ao citar um periódico (revista científica, jornal, ou magazine), entra-se pelo título em maiúscula, seguido do local, editora, ano de início e, quando for o caso, ano final. Sendo útil pode acrescentar-se a periodicidade.

TEOCOMUNICAÇÃO. Porto Alegre: Edipucrs, 1970-

3.5.2 Periódicos considerados em parte

Mais comum do que a referência de um periódico no todo, é citar um número. Neste caso, inicia-se da mesma forma e, omitindo a data de início, acrescenta-se o volume, número e data ou uma indicação identificadora (separata, suplemento, p. ex.).

REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. Igreja: desafios inusitados. Petrópolis: Vozes, v. 62, n. 247, jul. 2002.

TEOCOMUNICAÇÃO. Porto Alegre: Edipucrs. Revista Teocomunicação 31 anos: índice dos artigos publicados por ano e autor. Edição especial, 2002.

3.5.3 Artigos em periódicos³⁹

Na referência a artigos inicia-se pelo sobrenome do autor, na forma convencional, seguido do título do artigo (sem aspas e nem grifo), título da revista, grifado, a cidade, o volume, número de fascículo, página inicial e final, ano. A ABNT insiste no exagero dos detalhes, na incongruência do uso de vírgula após o título da revista e colocação da data no final.

BRIGHENTI, Agenor. O valor teológico da diferença. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 61, n. 242, p. 275-313, jun. 2001.

3.5.4 Artigos em jornais ou revistas (magazines)

No caso de artigo de jornal ou magazine, mantém-se o mesmo formato, com a diferença de indicar a data precisa e, quando necessário, seguida do título do caderno e página correspondente. Na falta de autor, entra-se pelo título, à semelhança dos livros, seguindo, nos demais elementos, como abaixo.

ALMEIDA, Luciano Mendes de. Sal e luz. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 16 de nov. de 2002.

GONÇALVES FILHO, Antonio. Jesus na boca do povo: o Cristo dos textos rejeitados pela Igreja toma o lugar do Messias dos Evangelhos. *Época*. São Paulo, v. 4, n. 202, p. 77-83, 1º de abr. de 2002.

³⁹ Note-se que à diferença de uma parte de um livro, aqui não vai a partícula «In» e nem a editora.

3.6 Sugestões para citações de rádio, TV e informática

Agrupam-se aqui as normas relativas a programas de mídia eletrônica e internet.

3.6.1 Programa de televisão e rádio

TEMA. *Nome do programa*, Cidade: nome da TV ou Rádio, data da apresentação do programa. Nota especificando o tipo de programa (rádio ou TV).

MENSAGEM DO PAPA AOS BISPOS DO REGIONAL LESTE II DA CNBB. *Polêmica*, Porto Alegre: Rádio Gaúcha, 20 de nov. de 2002. Programa de Rádio.

3.6.2 Documentos Eletrônicos

Definição de Documento Eletrônico: “documento existente em formato eletrônico acessível via computador” (ISO 690-2:1997(E), p.2).

Para Programas em meio eletrônico, trata-se como outra obra, acrescentando ao final, depois do ponto final, o meio, p. ex. CD-ROM.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO. *A banalização do Mal: Significado e representações*. Belo Horizonte: ISTA, 2007. CD-ROM.

Em caso de consulta *online*, deve acrescentar-se, após o ponto final: Disponível em: <endereço eletrônico>. Acesso em: data.

JOÃO XXIII. *Mater et magistra: Evolução da questão social à luz da doutrina cristã*. Roma, 1961. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater_po.html>. Acesso em: 20 de nov. de 2002.

APÊNDICES

Apêndice A : Disposição dos elementos do trabalho científico (Cf. ABNT, NBR 14724)

Estrutura	Elemento
Pré-textuais	Capa (obrigatório) Lombada (opcional) Folha de rosto (obrigatório) Errata (opcional) Folha de aprovação (obrigatório) Dedicatória (opcional) Agradecimentos (opcional) Epígrafe (opcional) Resumo em língua vernácula (obrigatório) Resumo em língua estrangeira (obrigatório) Lista de ilustrações (opcional) Lista de tabelas (opcional) Lista de abreviaturas e siglas (opcional) Lista de símbolos (opcional) Sumário (obrigatório)
Textuais	Introdução Desenvolvimento Conclusão
Pós-textuais	Referências (obrigatório) Glossário (opcional) Apêndice (opcional) Anexo (opcional) Índices (opcional)

Apêndice B: Exemplo de folha de rosto de trabalhos científicos.

<i>3 cm</i>		<i>2 cm</i>
	<i>5 cm</i>	
	<i>centrado</i> <i>fonte 14</i>	
	NOME DO AUTOR	
	<i>fonte 16</i>	
	<i>4 cm</i>	
	TÍTULO	
<i>3 ou 4 cm abaixo</i>		
<i>fonte 12</i>		
		Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina NN, Curso de Teologia da Faculdade de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
		Prof.: NN
<i>duas linhas abaixo</i> <i>corpo 12 e letras normais</i>		
	Porto Alegre 2010	
	<i>2 cm</i>	

Apêndice C: Exemplo de folha de rosto de Dissertação / Tese

<i>3 cm</i>		<i>2 cm</i>
	<i>5 cm</i>	
	<i>centrado fonte 14</i>	
	NOME DO AUTOR	
<i>4cm abaixo</i>		
	<i>fonte 16</i>	
	<i>Centrado na página</i>	
	TÍTULO	
<i>5 cm abaixo</i>		
<i>fonte 12</i>		
		Dissertação apresentada à Faculdade de Teologia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Teologia, Área de Concentração em Teologia Sistemática.
		Orientador: Prof. NN
		Porto Alegre 2010
		<i>2 cm</i>

Apêndice D: Exemplo de sumário de trabalhos

<i>3 cm</i>	<i>2 cm</i>
<i>7 cm</i>	
SUMÁRIO	
LISTA DE TABELAS	
INTRODUÇÃO	06
1 VIOLÊNCIA E RELIGIÃO	09
1.1 ORIGEM E CONCEITO	10
1.1.1 A origem da religião	11
1.1.2 Em busca de um conceito de religião	21
1.2 SAGRADO E PROFANO	24
1.2.1 Significado e efeito	24
1.2.2 Dimensão absoluta do sagrado	26
1.2.3 O Sagrado enquanto poder	28
2 INVASÃO E PROFETISMO	31
2.1 DA IDADE MÉDIA À IDADE MODERNA	33
2.1.1 Situação Mundial	35
2.1.2 Situação eclesial	38
2.2 O PODER DO PAPA E DO REI	40
2.3 VISÃO TEOLÓGICA E MODELO DE EVANGELIZAÇÃO DOS ESPANHÓIS	42
2.3.1 Cristãos x infiéis, hereges, idólatras e sacrificadores	45
2.3.2 O sagrado odor das minas	48
3 IDOLATRIA, VIOLÊNCIA E O DEUS BÍBLICO	51
3.1 O DEUS BÍBLICO E A IDOLATRIA	55
3.2 A IDOLATRIA	57
CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

Apêndice E: Exemplo de página inicial de capítulo e demais partes do trabalho*3 cm**2 cm**3 cm margem superior**espaçamento 1,5 entre as linhas**tabulação de 1,25 cm**2 espaços 1,5***INTRODUÇÃO***2 espaços 1,5*

A função primeira da Cristologia consiste em relacionar a fé à pessoa de Jesus Cristo presente e à realidade, isto é, os pobres. Esse trabalho quer mostrar como esse procedimento é realizado na Cristologia sobriniana. A realidade não é nunca uma realidade neutra ou objetiva, mas realidade de pobres, que teologicamente são a mediação da presença de Cristo e pressuposto da Cristologia, num duplo sentido: como realidade da qual e à qual se dirige e, em segundo lugar, enquanto remetem a Cristo.

Após a determinação da presença de Cristo, pressuposto da Cristologia (3.1), faz-se uma primeira aproximação ao tema do seguimento de Jesus nas condições latino-americanas, isto é, o seguimento martirial, ponto de partida real da Cristologia (3.2) e a função do Jesus histórico, ponto de partida metodológico da Cristologia (3.3); em quarto lugar descreve-se o sentido da hermenêutica soteriológica na Cristologia sobriniana (3.4).

Apêndice F: Exemplo de página comum de texto no sistema Nota de Referência

<i>margem esquerda: 3 cm</i>		
<i>margem direita: 2 cm</i>		2 cm
<i>espacejamento 1,5 dentro do parágrafo</i>		46
<i>espacejamento duplo entre os parágrafos</i>		
	3 cm	
<h3>3.1.3 Sinais dos tempos</h3>		
<p>Há de saber-se claramente, com a fé, que onde está o pobre está o próprio Jesus Cristo.¹ Esta citação, por J. Sobrino colocada bem no começo de <i>Jesucristo liberador</i>, poderia servir de epígrafe de toda sua Cristologia. Afirmam-se aí duas coisas: a fé é condição transcendental de possibilidade de uma Cristologia; no entanto, não é qualquer fé, mas a fé na presença atual de Cristo. Como pode ser percebida e assumida? Onde se verifica?</p>		
<p>Deus se manifesta na história e pela história. João XXIII e o Concílio Vaticano II se referem ao apelo de Deus na história atual com a categoria bíblica de sinais dos tempos, que no período pós-conciliar sofrerá uma verdadeira inflação. O problema subjacente ao discurso dos sinais dos tempos é a relação da revelação com a história: a revelação chega a nós apenas em formas prefixadas e nos textos, ou pode ser entendida como continuação para dentro do presente? Pode o Espírito suscitar novas manifestações de Deus?</p>		
	2 espaços 1,5	
4 cm		
<i>espacejamento simples</i>		
	Como conceber senão uma teologia séria que não trate do que Deus revelou? Ou mais a fundo ainda, que não trate do que significa que Deus revele ao ser humano? E seria apesar disso, lógico supor que essa teologia que, se alguma característica específica tem essa determinada teologia, deverá refletir-se na maneira como se aproxima da revelação divina, a estuda e usa. ²	
<hr/> <p>¹ GUTIÉRREZ, Gustavo. <i>Dios o el oro en las Indias</i>[. 2. ed. Salamanca, 1990, p. 157, <i>apud</i> J. SOBRINO. <i>Jesucristo Liberador</i>. Madrid: Trotta, 1991], p. 25.</p> <p>² SEGUNDO, Juan Luiz. Revelación, fe, signos de los tiempos. In: ELLACURÍA, Ignacio; SOBRINO, Jon. <i>Mysterium Liberationis</i>[: conceptos fundamentales de la teología de la liberación. Madrid: Trotta, 1990], v. 1, p. 443.</p>		
	2 cm	

Apêndice G: Exemplo de página comum de texto no sistema Autor-Data

margem esquerda: 3 cm

margem direita: 2 cm

espacejamento 1,5

2cm 46

3 cm

3.1.3 Sinais dos tempos¹

Há de saber-se claramente, com a fé, que onde está o pobre está o próprio Jesus Cristo (GUTIÉRREZ, 1990, p. 157 apud SOBRINO, 1991, p. 25). Esta citação, por J. Sobrino colocada bem no começo de *Jesucristo liberador*, poderia servir de epígrafe de toda sua Cristologia. Afirmam-se aí duas coisas: a fé é condição transcendental de possibilidade de uma Cristologia; no entanto, não é qualquer fé, mas a fé na presença atual de Cristo.

O Concílio Vaticano II se refere ao apelo de Deus na história atual com a categoria bíblica de sinais dos tempos, que no período pós-conciliar sofrerá uma verdadeira inflação. O problema subjacente ao discurso dos sinais dos tempos é a relação da revelação com a história: a revelação chega a nós apenas em formas prefixadas e nos textos, ou pode ser entendida como continuação para dentro do presente? Pode o Espírito suscitar novas manifestações de Deus?

2 espaços 1,5

4 cm

espacejamento simples

Como conceber senão uma teologia séria que não trate do que Deus revelou? E seria, apesar disso, lógico supor que essa teologia que, se alguma característica específica tem essa determinada teologia, deverá refletir-se na maneira como se aproxima da revelação divina, a estuda e usa” (SEGUNDO, 1990, p. 443).

¹ Expressão do Evangelho, com a qual JOÃO XXIII chamou atenção para a urgência de renovação da Igreja. Juan Luis Segundo (1990) adota este conceito para a Teologia latino-americana.

2 cm

Apêndice H: proposta de critérios de avaliação

1 CONTEÚDO DO TRABALHO

- 1.1 Delimitação do tema
- 1.2 Divisão e relação entre as partes
- 1.3 Relação entre introdução, corpo e conclusão

2 APRESENTAÇÃO

- 2.1 Gramática e ortografia
- 2.2 Disposição gráfica
- 2.3 Apresentação externa: folha de rosto, formato de papel
- 2.3 Observância de normas técnicas quanto a:
 - a) margens;
 - b) sumário;
 - c) citações;
 - d) numeração e paginação.
- 2.4 Normas quanto às referências bibliográficas
- 2.5 Observância dos prazos

Apêndice I: Proposta de critérios de avaliação de dissertação

1 O TEXTO ESCRITO

1.1 CONTEÚDO DO TRABALHO

1.1.1 Delimitação do tema: quanto ao sujeito e quanto ao objeto	0-2,0	__
1.1.2. Relação com linha de pesquisa, as subdivisões e sua articulação lógica	0-2,0	__
1.1.3 Cientificidade da linguagem: sobriedade; objetividade; humildade	0-1,0	__
1.1.4 Relação entre introdução, corpo e conclusão: colocação do problema; argumentação; respostas	0-1,0	__
1.1.5 Domínio da bibliografia: Fontes, Magistério, Teologia e autores pertinentes.	0-1,0	__
Subtotal 1.1 = St 1		__

1.2 APRESENTAÇÃO

1.2.1 Gramática e ortografia	0-0,5	__
1.2.2 Apresentação externa: folha de rosto, formato de papel	0-0,5	__
1.2.3 Observância de normas técnicas quanto a margens, sumário, citações, numeração e paginação.	0-1,5	__
1.2.4 Normas quanto às referências bibliográficas	0-0,5	__
Subtotal 1.2 = St 2		__
St 1 [] + St 2 [] = Nota do texto escrito = NE		__

2 DEFESA PÚBLICA

2.1 Coerência entre o texto e a exposição oral.	0-2,0	__
2.2 Clareza, objetividade e segurança quanto ao assunto	0-2,5	__
2.3 Capacidade argumentativa na defesa	0-2,0	__
2.4 Aptidão investigativa e potencial de pesquisador revelados no ato de defesa	0-2,0	__
2.5 Relevância científica do trabalho	0-1,5	__
Nota da defesa = ND		__

3 APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS

Cada integrante do grupo de arguição, orientando-se nos critérios e pesos acima, atribuirá uma nota final ao trabalho escrito (NE) e outra à defesa pública (ND). A nota final (NF) da dissertação resultará da média aritmética das notas ao trabalho escrito (NEs), somada à média aritmética das notas atribuídas à defesa (NDs), dividida por dois:

$$NF = (NEs + NDs):2$$

Apêndice J: Projeto de monografia e trabalho de conclusão de Curso⁴⁰

1 Dados de identificação, inclusive título do projeto
2 Delimitação do tema
3 Justificativa Quais são as perguntas a serem respondidas e que problemas pretende resolver? Elementos: <ul style="list-style-type: none">- Apresentação com gênese do problema;- Revisão de literatura (<i>status quaestionis</i>), considerando especialmente as revistas especializadas;- Justificativa do tema assim delimitado, mostrando relevância social e científica;
4 Objetivos
5 Procedimentos metodológicos e técnicas: <ul style="list-style-type: none">- Pesquisa empírica, teórica, bibliográfica;- Métodos, isto é, os procedimentos mais amplos;- Lugar e condições da pesquisa.
6 Plano de trabalho e resultados esperados ⁴¹ Estruturação provisória do trabalho, identificando as grandes ideias, seções primárias e secundárias.
7 Cronograma de pesquisa.
8 Orçamento
9 Referências

⁴⁰ Cf. SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*, p. 124-131.

⁴¹ Cf. *ibid.*, p. 78s.

Apêndice L: Projeto de Dissertação de Mestrado⁴²

<p>1 Dados de identificação, inclusive título do projeto</p> <p>2 Delimitação do tema</p> <p>3 Justificativa</p> <p>Quais são as perguntas a serem respondidas e que problemas pretende resolver?</p> <p>Elementos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Apresentação com gênese do problema;- Revisão de literatura (<i>status quaestionis</i>), considerando especialmente as revistas especializadas;- Justificativa do tema assim delimitado, mostrando relevância social e científica; <p>4 Objetivos</p> <p>5 Procedimentos metodológicos e técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Pesquisa empírica, teórica, bibliográfica;- Métodos, isto é, os procedimentos mais amplos. <p>6 Plano de trabalho e resultados esperados⁴³</p> <p>Estruturação provisória do trabalho, identificando as grandes ideias, seções primárias e secundárias.</p> <p>7 Cronograma de pesquisa.</p> <p>8 Orçamento</p> <p>9 Referências</p>

⁴² Cf. SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*, p. 124-131.

⁴³ Cf. *ibid.*, p. 78s.

Apêndice M: Folha de aprovação

5 cm

centrado

fonte 14

NOME DO AUTOR

fonte 16

3 cm

TÍTULO

2 cm abaixo

fonte 12, justificado a partir do centro:

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Teologia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Teologia, na Área de Concentração em Teologia Sistemática.

Orientador: Prof. NN

Aprovada em – de – de ---- , pela Comissão Examinadora

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. NN – Sigla IES

Prof. Dr. NN – Sigla IES

Prof. Dr. NN – Sigla IES

3 cm

ANEXO 1

Abreviatura dos meses (cf. NBR 6023)

Português		Espanhol		Italiano	
janeiro	jan.	enero	ene.	gennaio	gen.
fevereiro	fev.	febrero	feb.	febbraio	feb.
março	mar.	marzo	mar.	marzo	mar.
abril	abr.	abril	abr.	aprile	apr.
maio	maio	mayo	mayo	maggio	mag.
junho	jun.	junio	jun.	giugno	giug.
julho	jul.	julio	jul.	luglio	lug.
agosto	ago.	agosto	ago.	agosto	ago.
setembro	set.	septiembre	set.	settembre	set.
outubro	out.	octubre	oct.	ottobre	ott.
novembro	nov.	noviembre	nov.	novembre	nov.
dezembro	dez.	diciembre	dic.	dicembre	dic.
Francês		Inglês		Alemão	
janvier	jan.	January	Jan.	Januar	Jan.
février	fév.	February	Feb.	Februar	Feb.
mars	mars	March	Mar.	März	März
avril	avr.	April	Apr.	April	Apr.
mai	mai	May	May	Mai	Mai
juin	juin	June	June	Juni	Juni
juillet	juil.	July	July	Juli	Juli
août	août	August	Aug.	August	Aug.
septembre	sept.	September	Sept.	September	Sept.
octobre	oct.	October	Oct.	Oktober	Okt.
novembre	nov.	November	Nov.	November	Nov.
decembre	dec.	December	Dec.	Dezember	Dez.

ANEXO 2

NORMAS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – BACHARELADO EM TEOLOGIA

I – Caracterização

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):

- I. é uma disciplina e um componente curricular obrigatório para a obtenção do diploma de Bacharel em Teologia, que integra a matriz curricular do curso, no VII Nível;
- II. consiste da elaboração de uma Monografia, sob a orientação de um professor do Curso de Teologia e apresentação da mesma a uma banca examinadora;
- III. constitui-se no resultado de atividades, sob um tema específico de Teologia, nas quais o aluno desenvolve competências, colocando em ação conhecimentos adquiridos no decorrer da Graduação, sob a forma de uma pesquisa científico-acadêmica;
- IV. dá-se por meio da busca de informações de caráter teórico-prático por meio da pesquisa;
- V. segue o roteiro de uma produção científica, envolvendo etapas como escolha de um tema, elaboração e execução do projeto e apresentação dos resultados;
- VI. o TCC é elaborado e apresentado de forma individual;
- VII. deve possuir rigor metodológico e científico, organização e inovação, levando-se em conta o nível de Graduação;
- VIII. deve ser elaborado de acordo com as normas técnicas estabelecidas pela ABNT para documentos acadêmicos e conforme as normas da Universidade.

II – Objetivos

Art. 2º - O Trabalho de Conclusão de Curso visa a:

- I. desenvolver a capacidade de pesquisa ao final do curso de Graduação em Teologia, valendo-se dos conhecimentos, das leituras, das pesquisas e das experiências adquiridas no decorrer do curso;
- II. possibilitar ao aluno a experiência da investigação e das propostas na Sagrada Escritura, na Teologia e na Pastoral da Igreja;
- III. desenvolver competências relevantes de pesquisa e projetar sinais de aplicação dos conhecimentos na Teologia e na Pastoral (Liturgia, Catequese, Estudos Bíblicos, Dogmática, etc.);
- IV. promover e incentivar a divulgação do TCC por meio da apresentação e publicação do trabalho elaborado na Revista Teocomunicação do PPG Teologia.

III – Responsabilidades do Aluno-Orientando

Art. 3º - São responsabilidades do aluno-orientando:

- I. apresentar proposta escrita ao professor da disciplina de TCC;
- II. definir, juntamente com o professor-orientador, o tema do TCC, o qual deve estar diretamente relacionado com a área de conhecimento estabelecida;
- III. estar ciente e cumprir estas Normas do TCC;
- IV. interagir com o orientador durante a elaboração, tanto na modalidade presencial como por outras vias (e-mail e outros meios de comunicação);
- V. entregar ao professor orientador a versão final corrigida do TCC para a aprovação final;
- VI. entregar o TCC em duas vias (uma térmica e outra em espiral) na Secretaria do Curso de Teologia e apresentar oralmente os resultados do trabalho

realizado à banca examinadora, em dia e hora marcados pelo professor responsável pela disciplina;

IV – Responsabilidades do Professor Orientador

Art. 4º - São responsabilidades do professor orientador:

- I. orientar o aluno na escolha do tema do TCC, de acordo com a área de especialização do professor;
- II. acompanhar sistematicamente o aluno, de forma presencial ou mediante outros meios de informação e comunicação, para orientações, sugestões e correções;
- III. exigir, criteriosamente, o cumprimento dos prazos de elaboração, de apresentação do texto definitivo, de entrega na Secretaria e defesa pública;
- IV. atribuir, com o segundo professor integrante da banca, a nota final conforme os critérios de avaliação do TCC.

V - Elaboração

Art. 5º - A elaboração do TCC é constituída pelos seguintes passos:

- I. I. escolha de um professor orientador;
- II. II. realização das atividades, tanto na modalidade presencial como por outras vias de informação e comunicação, sempre em combinação com o orientador, necessárias à elaboração escrita do TCC;
- III. elaboração escrita, capítulo por capítulo, com apresentação ao professor orientador, conforme os prazos estabelecidos pelo Curso de Teologia;
- IV. apresentação oral e pública do TCC.

VI – Apresentação

Art. 6º - A apresentação oral do TCC:

- I. é realizada ao final do semestre, conforme Ato Deliberativo do Diretor (deverá ser entregue até 15 de junho, para o primeiro semestre; 15 de novembro, para o segundo semestre), sendo a última etapa da disciplina TCC;
- II. é pública e deve ser feita perante uma banca examinadora constituída pelo professor orientador e por um professor arguidor, ambos integrantes do corpo docente do Curso de Teologia;
- III. tem a duração de 15 minutos de apresentação por parte do aluno, seguida de questões propostas pela banca examinadora, sendo que, para as respostas a cada examinador o tempo será de 10 minutos.

VII– Avaliação

Art. 7º - A Avaliação obedece aos pontos que seguem (conforme Anexo):

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
CURSO DE TEOLOGIA
Escola de Humanidades - PUCRS

NOME: ANO:

TÍTULO:

1. Apresentação:

- 1.1 Gramática e ortografia;
- 1.2 Disposição gráfica;
- 1.3 Apresentação externa;
- 1.4 Observância das normas técnicas (margens, sumário, citações, numeração e paginação);
- 1.5 Referências bibliográficas;
- 1.6 Observância dos prazos.

Observações:

Nota (de 1 a 10): _____

2. Conteúdo:

- 2.1 Delimitação do tema;
- 2.2 Divisão e relação entre as partes;
- 2.3 Relação entre Introdução, Corpo e Conclusão;
- 2.4 Relevância científica.

Observações:

Nota (de 1 a 10): _____

3. Defesa Pública:

- 3.1 Coerência entre o texto e a exposição oral;
- 3.2 Clareza, objetividade e segurança quanto ao assunto desenvolvido;
- 3.3 Capacidade argumentativa na defesa.

Nota (1 a 10): _____

Nota Final (soma e divisão por 3): _____

Professor Orientador (Nome): _____

Assinatura: _____

Professor Arguidor (Nome): _____

Assinatura: _____

ANEXO 3

DECLARAÇÃO DE SINGAPURA SOBRE INTEGRIDADE EM PESQUISA

Preâmbulo. O valor e os benefícios provenientes da pesquisa dependem essencialmente da sua integridade. Embora haja diferenças entre países e entre disciplinas na maneira pela qual a pesquisa é organizada e conduzida, há também princípios e responsabilidades profissionais comuns que são fundamentais para a integridade da mesma, onde quer que seja realizada.

PRINCÍPIOS

- Honestidade em todos os aspectos da pesquisa.
- Responsabilização na condução da pesquisa.
- Respeito e imparcialidade profissionais no trabalho com outros.
- Boa gestão da pesquisa em benefício de outros.

RESPONSABILIDADES

- 1. Integridade:** Os pesquisadores devem assumir a responsabilidade pela confiabilidade de suas pesquisas.
- 2. Cumprimento com as regras:** Os pesquisadores devem estar cientes das regras e políticas de pesquisa e segui-las em todas as etapas.
- 3. Métodos de pesquisa:** Os pesquisadores devem utilizar métodos de pesquisa apropriados, embasar as conclusões em uma análise crítica das evidências e relatar os achados e interpretações de maneira integral e objetiva.
- 4. Documentação da pesquisa:** Os pesquisadores devem manter documentação clara e precisa de suas pesquisas, de maneira que sempre permita a averiguação e replicação do seu trabalho por outros.
- 5. Resultados:** Os pesquisadores devem compartilhar seus dados e achados pronta e abertamente, após assegurarem a oportunidade de estabelecer a prioridade e propriedade sobre os mesmos.
- 6. Autoria:** Os pesquisadores devem assumir plena responsabilidade pelas suas contribuições em todas as publicações, solicitações de financiamento, relatórios e outras representações de suas pesquisas. A lista de autores deve sempre incluir todos aqueles (mas apenas aqueles) que atendam os critérios de autoria.
- 7. Agradecimentos na publicação:** Nas publicações, os pesquisadores devem reconhecer os nomes e papéis daqueles que fizeram contribuições significativas à pesquisa, inclusive redatores, financiadores, patrocinadores e outros, mas que não atendem aos critérios de autoria.

8. Revisão de pares: Ao participar da avaliação do trabalho de outros, os pesquisadores devem fornecer pareceres imparciais, oportunos e rigorosos.

9. Conflitos de interesse: Os pesquisadores devem revelar quaisquer conflitos de interesse, sejam financeiros ou de outra natureza, que possam comprometer a confiabilidade de seu trabalho nos projetos, publicações e comunicações públicas de suas pesquisas, assim como, em todas as atividades de revisão.

10. Comunicação pública: Os pesquisadores devem limitar seus comentários profissionais à sua própria área de especialização reconhecida quando participarem em discussões públicas sobre a aplicação e relevância de resultados de pesquisa, e devem distinguir claramente entre comentários profissionais e opiniões baseadas em visões pessoais.

11. Notificação de práticas de pesquisa irresponsáveis: Os pesquisadores devem notificar às autoridades competentes qualquer suspeita de má conduta profissional, inclusive a fabricação e/ou falsificação de resultados, plágio e outras práticas de pesquisa irresponsáveis que comprometam a confiabilidade da pesquisa, tais como desleixo, inclusão inapropriada de autores, negligência no relato de dados conflitantes ou uso de métodos analíticos enganosos.

12. Resposta a alegações de práticas de pesquisa irresponsáveis: As instituições de pesquisa, assim como as revistas, organizações profissionais e agências que tiverem compromissos com a pesquisa em questão devem dispor de procedimentos para responder a alegações de má conduta e outras práticas de pesquisa irresponsáveis, assim como proteger aqueles que, de boa fé, tenham denunciado tais comportamentos. Quando for confirmada a má conduta ou outra prática de pesquisa irresponsável, devem ser tomadas as medidas cabíveis prontamente, inclusive a correção da documentação da pesquisa.

13. Ambientes de pesquisa: As instituições de pesquisa devem criar e sustentar ambientes que incentivem a integridade através da educação, políticas claras e normas razoáveis para o progresso da pesquisa, ao mesmo tempo em que fomentam ambientes de trabalho que apoiem a integridade da mesma.

14. Considerações sociais: Os pesquisadores e as instituições de pesquisa devem reconhecer que têm uma obrigação ética no sentido de pesar os benefícios sociais contra os riscos inerentes apresentados pelo seu trabalho.

A Declaração de Singapura sobre Integridade em Pesquisa foi desenvolvida como parte da II Conferência Mundial sobre Integridade em Pesquisa, realizada de 21 a 24 de julho de 2010, em Singapura, como guia global para a condução responsável de pesquisas. Não é um documento regulatório, nem representa as políticas oficiais dos países e organizações que financiaram ou participaram na Conferência. Para informações sobre políticas oficiais, normas e regras na área de integridade em pesquisa, devem ser consultadas as agências nacionais e organizações apropriadas. A Declaração original em inglês está disponível em: www.singaporestatement <<http://www.singaporestatement>>

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Apresentação de dissertações e teses*, Projeto 14:02.02-002. Rio de Janeiro, 1984.
- _____. *Apresentação de originais*, NB-1339. Rio de Janeiro, 1990.
- _____. *Apresentação de relatórios técnico-científicos*, NBR 10719. Rio de Janeiro, 2009.
- _____. *Apresentação e documentação - Sumário - Apresentação*, NBR 6027. Rio de Janeiro, 2012.
- _____. *Informação e documentação - Apresentação de citações em documentos*, NBR 10520. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. *Informação e documentação - Índice - apresentação*, NBR 6034. Rio de Janeiro, 2004.
- _____. *Informação e documentação - Numeração progressiva das seções de um documento*, NBR 6024. Rio de Janeiro, 2012.
- _____. *Informação e documentação - Projeto de pesquisa - Apresentação*, NBR 15287. Rio de Janeiro, 2011.
- _____. *Informação e documentação - Relatório técnico e/ou científico - Apresentação*, NBR 10719. Rio de Janeiro, 2009.
- _____. *Informação e documentação - Resumo - apresentação*, NBR 6028. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. *Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação*, NBR 14724:2011. 3. ed. Rio de Janeiro, 17.04.2011.
- _____. *Referências bibliográficas*, NBR 6023/Ago. 2002. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. *Informação e documentação: número padrão internacional de livro (ISBN)*. NBR ISO 2108. Rio de Janeiro, 22.08.2006.
- _____. *Informação e documentação - pôsteres técnicos e científicos - apresentação*. NBR 15437. 2. ed. Rio de Janeiro, 06.11.2006.
- _____. *Informação e documentação - livros e folhetos - apresentação*. NBR 6029. Rio de Janeiro, 31.03.2006.
- BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOOTH, Wayne C. et alii. *A arte da pesquisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- CÓDIGO de catalogação Anglo-Americano. 2. ed. rev. São Paulo: FEBAB, 2004.
- HEIDEGGER, Martin. *Was ist Metaphysik?*. 13. ed. Frankfurt a. M.: Vittorio Klostermann, 1986.
- _____. *Was heißt denken? Vorlesung Wintersemester 1951/52*. Stuttgart: Reclam, 1992.
- LUFT, Celso Pedro. *Novo manual de português, gramática, português oficial, literatura, redação, textos e testes*. 4. ed. São Paulo: Globo, 1997.
- RAMPAZZO, Lino. *Metodologia científica: Para a alunos dos cursos de graduação e pós-graduação*. São Paulo: Loyola, 2002.
- SALOMON, Délcio Vieira. *Como fazer uma monografia*. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- SALVADOR, Ângelo Domingos. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica: elaboração de trabalhos científicos*. 11. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SCHWERTNER, Siegfried. *Internationales Abkürzungsverzeichnis für Theologie und Grenzgebiete: IATG²; Zeitschriften, Serien, Lexika, Quellenwerke mit Bibliographischen Angaben*. 2. ed. Berlin: De Gruyter, 1992. International glossary of abbreviations for theology and related subjects.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

TEIXEIRA, Elisabeth. *As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Normas para apresentação de documentos científicos*. 6. ed. Curitiba: UFPR, 2002. 10 v.